



INSTITUTO SUPERIOR
DE CIÊNCIAS SOCIAIS
E POLÍTICAS
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

Parentalidade LGBTQ+: Expectativas e Experiências

Dora Amélia Alves de Matos Pereira Brandão

Orientadora: Prof. Doutora Cláudia Casimiro

Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Família e Género

Lisboa

2024

Parentalidade LGBTQ+: Expectativas e Experiências

Dora Amélia Alves de Matos Pereira Brandão

Orientadora: Prof. Doutora Cláudia Casimiro

Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Família e Género

Júri:

Presidente: Doutora Maria da Luz Ramos, Professora Auxiliar do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;

Vogais: Doutora Cláudia Casimiro Ferreira da Costa, Professora Auxiliar do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, na qualidade de Orientadora;

Doutora Diana Miriam Mateus Maciel, Professora Auxiliar Convidada do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.

Lisboa

2024

Índice

AGRADECIMENTOS	III
RESUMO.....	V
ABSTRACT.....	VI
INTRODUÇÃO	1
PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	3
1.1. <i>Famílias LGBT+: em especial, as famílias planeadas</i>	3
1.2. <i>Legitimação jurídica das famílias LGBT+ em Portugal: dos caminhos percorridos aos ainda não explorados</i>	5
1.3. <i>Aspirações parentais</i>	9
1.4. <i>Discriminação, estigma e preconceito</i>	11
1.5. <i>Transição para a parentalidade e práticas parentais</i>	13
PARTE II – OBJETIVOS DA PESQUISA E OPÇÕES METODOLÓGICAS.....	16
2.1. <i>Objetivos da pesquisa</i>	16
2.2. <i>Instrumentos, procedimentos de investigação e modelo de análise</i>	16
2.3. <i>Definição e caracterização da amostra</i>	21
2.3.1. <i>Critérios de inclusão e divulgação do estudo</i>	21
2.3.2. <i>Caracterização da amostra</i>	22
PARTE III – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	25
3.1. <i>A influência da percepção social e das experiências de discriminação no projeto e nas práticas parentais</i>	25
3.2. <i>Contextos pessoais, sociais e económicos no acesso à parentalidade</i>	35
3.3. <i>Redes de suporte, projeto parental e vida familiar</i>	41
3.4. <i>Quotidiano familiar: divisão do trabalho doméstico e das responsabilidades parentais</i>	47

CONCLUSÕES	51
BIBLIOGRAFIA	57
LEGISLAÇÃO	69
APÊNDICE I – Guião de Entrevista de Casais com Filhas/os	70
APÊNDICE II – Guião de Entrevista de Casais sem Filhas/os	73
APÊNDICE III – Consentimento Informado.....	75

Índice de Figuras

Figura 1 - Modelo de Análise, Elaboração Própria	19
Figura 2 – Árvore de categorias, Elaboração Própria.....	20
Figura 3 – Resumo da identificação de participantes com filhas/os, Elaboração Própria.....	23
Figura 4 - Resumo da identificação de participantes sem filhas/os, Elaboração Própria	24

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha Mãe e ao meu Pai, por me terem proporcionado todas as experiências que vivi e que fazem de mim quem sou hoje. Agradeço-lhes por confiarem em mim, por gostarem de mim, por me aceitarem, por me respeitarem e por me valorizarem. Agradeço até ao infinito o privilégio de ser vossa filha.

Às minhas Avós F e M, que estão sempre no meu pensamento e que certamente estariam muito orgulhosas pela finalização desta etapa. Tenho saudades.

À minha orientadora, Professora Cláudia Casimiro, agradeço por ter sido muito mais do que eu podia imaginar. Admiro-a muito.

Às minhas amigas, por quem tenho um amor incondicional, agradeço por terem partilhado comigo os momentos mais especiais que já vivi: NMMR

À minha amiga F, agradeço porque foi a grande companheira da minha vida adulta, a pessoa que me amparou em todas as quedas. Fazes-me pensar sobre o mundo e fazes parte de mim.

À minha família, por poder contar convosco para tudo: BDLP

Agradeço àqueles que considero serem a minha nova família, por me terem acolhido tão bem. Tenho tanta sorte: ABCGLLL

À tia C, pela aletria que me fez quando precisei de mais concentração e pela alegria que me dá sempre que a vejo.

Aos meus colegas de trabalho, B, R, S e P, agradeço pela partilha de tantos momentos bonitos ao longo do último ano na nossa floresta mágica.

Agradeço à Professora Patrícia Neca o excelente papel docente que desempenhou numa fase em que me senti desmotivada. As suas palavras trouxeram-me até aqui.

Aos participantes desta investigação, agradeço por terem partilhado comigo um pouco do vosso mundo.

Ao meu companheiro de todas as aventuras. Agradeço-te por seres especial e por me fazeres sentir especial. Agradeço-te porque cada dia contigo é o melhor dia da minha vida e porque o amor assim faz sentido.

Ao destino, à sorte, a Deus,

Àquilo a que cada um acredite, porque eu acredito em todos e em nenhum

Agradeço ter colocado estas pessoas na minha vida.

RESUMO

A presente investigação aborda a parentalidade de casais LGBTQ+ com filhas/os ou sem filhas/os mas com desejos e intenções de serem mães/pais, procurando entender como questões relacionadas com a identidade de género e a orientação sexual dos casais afetam a sua visão e construção da família através do projeto parental. A amostra do estudo consiste em 11 casais de minorias sexuais (homossexuais, bissexuais e pansexuais) com quatro participantes de minorias de género (identidade não binária). Utilizando uma abordagem qualitativa, o estudo revela que a discriminação no seio familiar tem um impacto significativo nas experiências das pessoas LGBTQ+, levando à internalização do estigma, antecipação do preconceito e consequências negativas na saúde mental. Apesar desta antecipação, a experiência da parentalidade revela-se mais positiva do que o esperado, com boas experiências no contacto com instituições, sociedade, família, escola e colegas/chefias de trabalho. O apoio familiar desempenha um papel crucial na parentalidade, com altos níveis de suporte emocional e logístico das famílias de origem. O suporte de outras famílias LGBTQ+ é também considerado fundamental, permitindo a partilha de experiências e estratégias para lidar com situações de discriminação. Ademais, a investigação identifica obstáculos financeiros, legais e institucionais para estes casais, nomeadamente custos elevados, dificuldade de acesso aos serviços de saúde públicos, longos tempos de espera e incerteza jurídica. O estudo também revelou estereótipos de género presentes nas/os profissionais envolvidas/os no sistema de adoção, destacando a necessidade de formação específica para lidar com as particularidades destas populações. No que diz respeito à divisão de tarefas domésticas e de cuidado, os casais LGBTQ+ demonstram uma divisão igualitária, adaptada às circunstâncias do dia-a-dia e às fases de vida das crianças. Este estudo contribui para a compreensão das expectativas, experiências e desafios dos casais LGBTQ+ na jornada para a parentalidade, lançando pistas para investigações futuras e recomendações a nível de políticas públicas.

Palavras-chave: LGBTQ+; minorias sexuais e de género; parentalidade; aspirações parentais

ABSTRACT

This research addresses the parenthood experiences of LGBT+ couples with children or without children but that have the desire and intention to be mothers and fathers, with the purpose of understanding how gender identity and sexual orientation-related issues affect the couples' family vision and construction through the parenting project.. The study sample consists of 11 sexual minority couples (homosexual, bisexual and pansexual) with four gender minority participants (non-binary identity). Using a qualitative approach, the study reveals that discrimination within the family has a significant impact on the experiences of LGBT+ people, leading to internalization of stigma, anticipation of prejudice and negative mental health consequences. In spite of this anticipation, the experience of parenthood turns out to be more positive than expected, with good experiences in contact with institutions, society, family, school and work being reported. Family support plays a crucial role in parenthood, being associated with high levels of emotional and logistical support from families of origin. In addition, the support of other LGBT+ families is considered fundamental, as it allows the sharing of experiences and strategies for dealing with discrimination. Furthermore, this research also identifies financial, legal and institutional obstacles for these couples, such as high costs, difficulty in accessing public health services, long waiting times and legal uncertainty. The study also revealed gender stereotypes in the professionals involved in the adoption process, highlighting the need for specific training to deal with the particularities of this population. With regard to the division of domestic and care tasks, LGBT+ couples demonstrate an equal division, adapted to the day-to-day circumstances and life stages of the children. This study contributes to understanding the expectations, experiences and challenges of LGBT+ couples on their journey to parenthood, providing clues for future research as well as recommendations for public policy.

Keywords: LGBT+; sexual and gender minorities; parenthood; parental aspirations

INTRODUÇÃO

A parentalidade LGBT+ (lésbicas, gays, bissexuais, transgénero, intersexo e com outras identidades não cisgénero e não heterossexuais) tem sido um tema de interesse científico desde os anos 1990 (Allen & Demo, 1995; Costa, 2012). A investigação nesta área tem procurado compreender todas as etapas da parentalidade em pessoas LGBT+, desde as motivações iniciais até às experiências particulares recorrendo, para tal, à análise das capacidades parentais dos indivíduos, do desenvolvimento e bem-estar das/os filhas/os de pessoas LGBT+, bem como das redes de suporte e dos obstáculos e desafios experienciados por estas famílias.

Não há dúvida de que os processos de descoberta da identidade sexual ou de género das pessoas LGBT+ são acompanhados de experiências únicas e marcantes para os indivíduos, as quais podem ter influência na construção das suas aspirações e identidades parentais. Encabeçar um projeto parental significa, para estes indivíduos, estar disposto a percorrer um caminho de obstáculos legais, institucionais e sociais sem saber, muitas vezes, quais as redes de suporte que estarão presentes na jornada.

Portugal caminha para um progressivo reconhecimento dos direitos associados à parentalidade das minorias sexuais e de género, nomeadamente através da legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo, em 2010, o acesso à procriação medicamente assistida por casais de mulheres e a possibilidade de adoção por parte de casais do mesmo sexo, ambos em 2016, e o reconhecimento do direito à autodeterminação da identidade e expressão de género, em 2018. Não obstante, subsistem ainda várias formas de discriminação no acesso à parentalidade e ao seu exercício.

O contexto único de cada país, considerando as suas próprias leis, políticas públicas, atitudes e representações sociais face às minorias sexuais e de género justifica a necessidade de se levarem a cabo investigações específicas a esses contextos, não sendo possível generalizar conclusões de estudos realizados em circunstâncias muito diferentes. Os estudos sobre parentalidade LGBT+ referentes à realidade portuguesa são escassos, destacando-se um forte corpo de investigação na área da psicologia, com uma utilização maioritária de abordagens quantitativas (Costa et al., 2019; Costa & Bidell, 2017; Gato et al., 2019, 2022; Gato, Leal, et al., 2020; Leal et al., 2018; Seabra et al., 2023).

O presente estudo pretende conhecer as experiências de antecipação e vivência da parentalidade de pessoas pertencentes a minorias sexuais e de género, através do testemunho de casais com filhas/os e de casais sem filhas/os que estejam num processo de transição para a parentalidade. Pretende-se compreender de que forma as questões relacionadas com o género e a sexualidade do casal têm/tiveram impacto na construção do projeto parental. Focado na questão da parentalidade, este estudo de carácter exploratório tenta iluminar o conhecimento científico sobre o processo familiar desde o desejo de ser mãe/pai, passando pelas etapas de concretização desse desejo e terminando nas experiências da parentalidade.

Nesta pesquisa, serão usadas as siglas LGBTQ+ ou a referência a minorias sexuais e de género para retratar a população em estudo, abandonando-se assim as expressões que deixam de fora experiências de pessoas trans, bissexuais ou pertencentes a outras minorias.

A investigação será dividida em três secções: na Parte I - Enquadramento Teórico pretende-se situar as famílias LGBTQ+ planeadas no conhecimento científico, apresentando algumas das dimensões que têm sido estudadas, nomeadamente as aspirações parentais, as experiências de discriminação, estigma e preconceito, assim como a transição parental e práticas parentais, delineando ainda a evolução dos direitos que têm vindo a ser reconhecidos por estas famílias em Portugal; na Parte II é desenvolvida a abordagem metodológica utilizada no estudo, aprofundando-se as razões que motivaram a escolha do método qualitativo e da entrevista semiestruturada aplicada em diáde e explanados os objetivos e o modelo de análise; na Parte III são apresentados e discutidos os resultados, sendo possível aceder aos testemunhos únicos e ricos das/os participantes e compreender de que forma a perceção e vivência de situações de preconceito e discriminação influenciam a parentalidade, quais os obstáculos e desafios ao seu acesso, conhecer as experiências de suporte emocional e logístico das famílias e perceber a forma como é gerido o quotidiano familiar.

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. Famílias LGBT+: em especial, as famílias planejadas

Os processos de modernização da família que tiveram início no século XX estão associados a fenômenos de sentimentalização, privatização e desinstitucionalização, nos quais a família se fecha no núcleo conjugal, livremente escolhido segundo um referencial de afetos, afastando-se de intromissões de outros elementos familiares e sociais (Aboim, 2006). Não obstante esta nova fase da história da família caracterizada pela individualização (Beck & Beck-Gernsheim, 2002), o casamento e a reprodução continuaram a ser considerados os pilares da família moderna (Aboim, 2006). Esta perspectiva naturalista da constituição familiar contribuiu para a marginalização de outros arranjos parentais não alicerçados no casamento, na monogamia e na heterossexualidade (Maqueda, 2016).

A partir da década de 1960, a noção de individualização ganha novos contornos fruto, sobretudo, das lutas pelos direitos das mulheres (Beck & Beck-Gernsheim, 2002; Beck-Gernsheim, 1998; Gato, 2014). O direito ao divórcio e a legitimação do papel da mulher fora da estrutura conjugal retirou ao casamento o papel estruturante que teve durante tantos anos na tradição familiar (Gato, 2014). Por outro lado, a desconstrução dos papéis de gênero e a expansão dos métodos contraceptivos desvinculou a sexualidade da reprodução (Gato et al., 2016; Torres, 2004), ao mesmo tempo que a evolução das tecnologias no campo da reprodução desassociou a reprodução da concepção natural heterossexual (Gato et al., 2016). Como explica Beck-Gernsheim (1998), assiste-se à valorização das biografias e trajetórias individuais, tornando-se a família uma associação de pessoas com interesses, visões e objetivos próprios. Entre as variadíssimas configurações familiares que surgem neste novo paradigma encontramos as famílias LGBT+.

A diversidade de formas, experiências e configurações familiares que se foram revelando ao longo do tempo (May & Dawson, 2018; Nguyen-Trung, 2018), permite-nos agora falar de famílias, salientando a sua pluralidade e abrangência (Roseneil & Budgeon, 2004) e a existência de diferentes formas de fazer e ser família (Aboim et al., 2013; Morgan, 2011). Assim, um estudo representativo das famílias deve abranger, entre outras, famílias sem uniões formais, sem filhos, parentalidades singulares, famílias não coabitantes e famílias com uniões

de pessoas do mesmo género (Beck-Gernsheim, 1998), evitando a continuação de estudos familiares meramente focados na família nuclear tradicional (Carvalho & Casimiro, 2023) e nas relações monogâmicas, diádicas e com filhos (Roseneil & Budgeon, 2004).

Com a força crescente dos movimentos pelo direito à liberdade sexual, a partir dos anos 70 do século XX muitos indivíduos assumiram a sua orientação sexual (Bos et al., 2004). Nesta primeira fase, o estudo da parentalidade das minorias sexuais restringiu-se ao estudo das famílias em que existiam crianças filhas de um progenitor homossexual (Allen & Demo, 1995) que, na sua maioria, foram mães/pais no contexto de uma relação heterossexual anterior (Bergman et al., 2010; Bos et al., 2004). Por esse motivo, encontra-se recorrentemente na literatura os termos “homoparentalidade” ou “*gay/lesbian fatherhood/motherhood*” (Maqueda, 2016), os quais tiveram um importante peso histórico no reconhecimento de configurações familiares que foram por muito tempo esquecidas e subalternizadas no conhecimento científico, tendo ganho notoriedade somente nos anos 1990 (Allen & Demo, 1995). Estes conceitos foram capazes de agregar experiências familiares distintas, ao considerar não só as famílias constituídas por dois progenitores homossexuais com filhas/os, como famílias com dois progenitores homossexuais e filhas/os de anteriores relações, assim como famílias monoparentais em que o progenitor é homossexual. Como explica Costa (2012), a temática adquiriu especial relevo nos Estados Unidos a propósito de decisões judiciais de não atribuição de custódia de crianças nascidas no seio de relações heterossexuais a progenitores homossexuais.

Só mais tarde se começou a estudar as famílias planeadas, em que a parentalidade surge após a consolidação de uma identidade não heterossexual (Bos et al., 2004), maioritariamente através de métodos de inseminação artificial. Com menos expressão na literatura científica estão famílias de outras minorias sexuais e de género (Reczek, 2020). Em particular, Hafford-Letchfield et al. (2019) destacam o caso das famílias de pessoas trans, que, apesar de viverem experiências únicas e distintas das pessoas cisgénero, permanecem invisibilizadas. Esta falta de reconhecimento dificulta a perceção e resposta às necessidades destas pessoas por parte dos serviços sociais de apoio e cuidados, perpetuando a transfobia (Hafford-Letchfield et al., 2019).

1.2. Legitimação jurídica das famílias LGBT+ em Portugal: dos caminhos percorridos aos ainda não explorados

Roseneil et al. (2013) num estudo que pretende compreender a evolução dos direitos LGBT+ em quatro países europeus, identificam um processo que denominam de “homonormalização” e que é constituído por três fases: a legitimação da prática homossexual, a proteção das pessoas LGBT+ e o reconhecimento das relações íntimas. A descriminalização das práticas homossexuais e a remoção de normas jurídicas com distinção entre sexualidade hétero ou homossexual, patentes na primeira fase do processo, surgiram gradualmente e foram altamente influenciadas por pressões dos organismos internacionais de direitos humanos e da União Europeia (Roseneil et al., 2013). Segundo as autoras, esta fase durou 25 anos em Portugal, iniciando-se com a descriminalização da homossexualidade em 1982, com a entrada em vigor do Código Penal, e terminando em 2007, com a Lei n.º 59/2007, de 4 de setembro, que expurgou a norma que distinguia atos sexuais com adolescentes de atos homossexuais com adolescentes.

A segunda etapa que se observou no âmbito legal foi a proteção das pessoas LGBT+ face à discriminação e ao discurso e violências homofóbicas. De acordo com Roseneil et al. (2013), a proibição contra a discriminação com base na orientação sexual foi inicialmente introduzida em três dos países objeto do estudo (Reino Unido, Portugal e Bulgária) pelas orientações da Diretiva 2000/78/EC sobre tratamento igualitário no trabalho e combate à discriminação no mercado de trabalho. Quatro anos depois, com a aprovação da Lei Constitucional n.º 1/2004, de 24 de julho, Portugal procedeu a uma alteração à Constituição e reconheceu a orientação sexual como uma das características não passíveis de tratamento desigual, sendo o primeiro país na Europa e quarto no mundo a conceder proteção constitucional face a discriminações em função da orientação sexual (Roseneil et al., 2013). Em Portugal, concomitantemente à retirada da distinção entre atos sexuais homo e heterossexuais com adolescentes, em 2007, foram introduzidas duas disposições legais relevantes: a classificação de homicídio como qualificado quando determinado por ódio gerado pela orientação sexual da vítima (artigo 132.º n.º 2 alínea f) e o artigo 240.º, que tipifica crimes baseados na discriminação, ódio ou violência contra pessoas por causa da sua orientação sexual.

A terceira fase consiste no reconhecimento das relações afetivas, marcada pela aprovação da lei da união de facto, através da qual foram reconhecidos aos casais do mesmo sexo os mesmos direitos que aos casais de sexo oposto. Num estudo desenvolvido em 2011,

Nico e Rodrigues lamentavam o “desencontro temporal” entre a publicação da lei que reconhece a união de facto a casais LGBTQ+ (Lei n.º 7/2001, de 11 de maio) e o recenseamento nacional. Os censos são a maior operação estatística de um país pois, através de questionários, todos os residentes nacionais são considerados. É de questionar a razão pela qual, vinte anos após o reconhecimento da união de facto e dez anos após o reconhecimento da conjugalidade entre pessoas do mesmo sexo, os Censos 2021 não incluíram nenhuma questão sobre a constituição das famílias, nomeadamente sobre o género da/do parceira/o ou do cônjuge e da existência de filhas/os. O desconhecimento de números oficiais sobre as relações e famílias LGBTQ+ facilita a invisibilidade destas famílias pois dificulta a investigação académica, impedindo a ação política e social. Assim se compreende que o percurso do reconhecimento dos direitos das pessoas LGBTQ+ se prevê ainda mais longo.

Portugal foi o oitavo país no mundo a legalizar o casamento entre pessoas do mesmo sexo, em 2010 (Costa & Bidell, 2017; Lasio et al., 2020). Apesar desta eliminação legal da discriminação no acesso ao casamento por razão da orientação sexual, foi apenas em 2016 que outros direitos relacionados com as relações familiares foram reconhecidos às pessoas não heterossexuais. Com a entrada em vigor da Lei n.º 2/2016, de 29 de fevereiro, tornou-se possível a adoção por casais do mesmo sexo nos exatos termos em que já era possível para casais de sexo oposto. Estas mudanças legais foram acompanhadas por um longo debate social e político, o qual deu visibilidade às dificuldades e constrangimentos sentidos pelas famílias LGBTQ+ nas questões relacionadas com a constituição de família (Costa & Biddell, 2017). Porém, apesar dos avanços da lei portuguesa nos últimos anos, é de salientar que ainda persistem obstáculos jurídicos no acesso à parentalidade, especialmente em relação à parentalidade no masculino. Como reflete Sá (2018), permanece a dúvida quanto à bondade, e até constitucionalidade, da solução atualmente vigente em Portugal, que permite o acesso a técnicas de procriação medicamente assistida apenas a mulheres, vedando esse acesso a homens, o que resulta numa “incoerência discriminatória quanto aos sujeitos que podem aceder às técnicas de auxílio à procriação” (p. 71).

Relativamente ao acesso a técnicas de procriação medicamente assistida (PMA), a legislação portuguesa consagrava como beneficiários, até 2016, “só as pessoas casadas que não se encontrem separadas judicialmente de pessoas e bens ou separadas de facto ou as que, sendo de sexo diferente, vivam em condições análogas às dos cônjuges há pelo menos dois anos” (artigo 6.º da Lei n.º 32/2006, de 26 de julho). No entanto, e apesar da legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo em 2010, os casais de mulheres continuaram a não poder aceder

a estas técnicas pois a lei considerava as técnicas de PMA “um método subsidiário, e não alternativo, de procriação”, que só poderiam acontecer “mediante diagnóstico de infertilidade ou ainda, sendo caso disso, para tratamento de doença grave ou do risco de transmissão de doenças de origem genética, infecciosa ou outras” (artigo 4.º da Lei n.º 32/2006, de 26 de julho).

Em 2012 foram apresentados dois projetos de lei para alteração da Lei da Procriação Medicamente Assistida, tendo a Assembleia da República solicitado emissão de um parecer ao Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida (CNECV). Face à manutenção da exclusão dos casais homossexuais e das mulheres do leque de beneficiários destas técnicas, o CNECV dispôs o seguinte:

Em função da lei existente e dos projetos de lei que a pretendem alterar, (...) a lei não trata apenas de limitar o acesso aos meios fornecidos ou subsidiados pelo Estado — e aí as razões atinentes à fixação de critérios de seleção em função da escassez de recursos poderiam ser eventualmente consideradas - mas proíbe e sanciona, pura e simplesmente, o acesso a técnicas de PMA a quem não integre casal ou união entre pessoas de sexo diferente, mesmo nas situações em que os interessados o pretendam fazer com recursos próprios e em meio privado. (CNECV, 2012, p.5)

Concluindo que a “(...) a proibição e sanção desse acesso a pessoas que o pretendam fazer através de recursos próprios constituem uma limitação tão séria da autonomia das pessoas que só não merecerá censura ética caso tenha uma justificação igualmente ponderosa” (p.12). Foi apenas em 2016, com a entrada em vigor da lei n.º 17/2016, de 20 de junho, que todas as mulheres, independentemente do estado civil e orientação sexual, assim como os casais de mulheres casadas ou a viver em condições análogas às dos cônjuges veem reconhecido o seu direito a beneficiarem de técnicas de PMA.

A gestação de substituição configura um tipo de PMA mas, devido à sua especificidade, deve ser tratada de forma distinta. Ora, a gestação de substituição envolve a participação de uma gestante que não irá desempenhar a função maternal, constituindo, portanto, um meio de conceção acessível a pessoas sem útero, o que faz dela uma opção frequente (mas não legal em Portugal) para aceder à parentalidade por casais de homens. Inicialmente denominada pela lei portuguesa como “maternidade de substituição” (Lei n.º 32/2006, de 26 de julho), reforçando a ideia de que a mulher beneficiária seria a mãe substituta, a expressão foi alterada dez anos depois para gestação de substituição, reconhecendo que a substituição está presente na gestação e não na função maternal (Sá, 2018). A Lei n.º 25/2016, de 22 de agosto e o subsequente Decreto

Regulamentar n.º 6/2017, de 31 de julho, vieram abrir portas para a legalização condicionada da gestação de substituição, a qual era antes totalmente proibida. A possibilidade é, porém, restrita a “casos de ausência de útero, de lesão ou de doença deste órgão ou outra situação clínica que impeça de forma absoluta e definitiva a gravidez da mulher”, excluindo assim os homens do leque de beneficiários. Face à impossibilidade de concretizar um desejo parental em Portugal, vários homens recorrem a técnicas de gestação de substituição noutros países, o que comporta uma série de dificuldades como custos elevados, impossibilidade de acompanhar presencialmente o processo de gravidez, necessidade de ter uma grande disponibilidade de tempo para deslocações ao país estrangeiro e entraves linguísticos. Por ser um método proibido, é ainda mais difícil conhecer um número aproximado de famílias constituídas desta forma, o que as mantém invisíveis e desprotegidas (Costa et al., 2012).

A nível de direitos associados à identidade de género, a Lei n.º 7/2011, de 15 de março, criou o procedimento de mudança de sexo e nome próprio no registo civil mediante a apresentação de relatório com diagnóstico de perturbação de identidade de género, com um carácter altamente patológico e pouco compreensivo (Guimarães, 2018), que originou práticas de *gatekeeping* por parte dos profissionais de saúde que poderiam elaborar o mencionado relatório (Rodrigues, 2022). Em 2018 entrou em vigor a Lei n.º 38/2018, de 7 de agosto, a qual estabeleceu o direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e à proteção das características sexuais de cada pessoa, deixando de ser necessária a apresentação do relatório. As pessoas transgénero podem aceder à parentalidade das mesmas formas que as pessoas cisgénero, nomeadamente através das técnicas de procriação medicamente assistida, gestação de substituição e adoção, para além da reprodução natural, nos casos em que as pessoas mantêm a fertilidade (Marinho et al., 2020). No entanto, as leis portuguesas que regulam a PMA e a adoção não fazem qualquer menção à possibilidade destes procedimentos serem acessíveis a pessoas trans e, no caso de homens transgénero homossexuais, o acesso à PMA só é possível caso o registo de identificação pessoal se mantenha com uma identidade feminina (Marinho et al., 2020). Mais, a desconformidade existente entre a atual lei da autodeterminação da identidade e expressão de género e outras leis, nomeadamente as que regulam o direito e o registo civil, tem consequências no exercício dos direitos parentais (Rodrigues, 2022). Como explica Rodrigues, a mudança de nome e de sexo do progenitor só é averbada ao assento de nascimento da/o filha/o por requerimento desta/e, após completar 18 anos. Por outro lado, um homem trans que dá à luz uma criança será considerado mãe para todos os efeitos legais, independentemente da sua identidade de género (Rodrigues, 2022). Os indivíduos transgénero

podem ainda recorrer à preservação do material genético (Gato et al., 2021), a qual é mais frequente no caso das mulheres transgênero do que nos homens, devido a tratarem-se de procedimentos invasivos e de custos elevados (Chen et al., 2017).

É anualmente publicado *pela International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association* (ILGA-Europe) um relatório sobre políticas públicas de igualdade LGBTQ+ nos países europeus e alguns países da Ásia central. Partindo dos dados obtidos nesse relatório é elaborado o “*Rainbow Map*”, que classifica os 49 países da Europa numa escala de 0 a 100 quanto ao respeito pelos direitos humanos e igualdade. Tendo em conta as seis categorias avaliadas (1. Igualdade e não discriminação, 2. Família, 3. Crimes/discursos de ódio, 4. Reconhecimento legal do género, 5. Integridade corporal de pessoas intersexo, 6. Sociedade civil e 7. Asilo), Portugal é classificado, em 2022, com uma percentagem de 62%, 5 pontos percentuais abaixo da classificação obtida em 2021, encontrando-se, ainda assim, na faixa dos 10 países mais respeitadores dos direitos humanos e da completa igualdade (ILGA-Europe, 2023).

1.3. Aspirações parentais

A categorização de desejos e intenções é comum na literatura sobre parentalidade e pretende demarcar as fases psicológicas do processo de decisão parental. Enquanto os desejos parentais se encontram numa fase inicial do processo, em que o indivíduo apresenta motivações pessoais para atingir um objetivo (no caso, ser mãe ou pai), as intenções revelam a tomada de uma decisão, a elaboração de um plano e transição para uma fase de concretização do objetivo (Baiocco & Laghi, 2013; Gato et al., 2020; Riskind & Patterson, 2010).

Os estudos que procuram conhecer as aspirações parentais de pessoas LGBTQ+ indicam que percentagens significativas destas pessoas desejam experienciar a parentalidade (Marinho et al., 2020; Riggs et al., 2016; Santona et al., 2021; Wierckx et al., 2012), apesar de uma menor quantidade apresentar intenções parentais (Riskind & Patterson, 2010). Costa e Bidell (2017), a partir de uma amostra de 568 pessoas homo e bissexuais, chegam a resultados que indicam que quase 70% dos participantes têm desejo de serem mães/pais e mais de 50% afirmam ter essa intenção. D’Augelli et al. (2007) demonstram que, de uma amostra de 133 jovens gays e lésbicas com idades compreendidas entre os 16 e os 22 anos, apenas 15 participantes consideravam pouco provável virem a ser mães/pais. Resultados semelhantes advêm da

investigação de Lasio et al. (2020) em que 84,6% dos 285 participantes indicaram ter desejos de ser mães/pais, enquanto 64,6% indicaram ter intenções de o ser.

Apesar destas investigações sustentarem uma forte vontade de aceder à parentalidade por parte das pessoas LGBTQ+, os níveis de desejo e intenções parentais das mesmas são, geralmente, inferiores aos das heterossexuais (Baiocco & Laghi, 2013; Gato, Leal, et al., 2020; Riskind & Patterson, 2010; Tate et al., 2019). Em sentido divergente a esta literatura, num estudo que compara aspirações parentais de 257 mulheres, Gato et al. (2019) descobrem que, apesar das intenções parentais serem inferiores em mulheres lésbicas e bissexuais quando comparadas com mulheres heterossexuais, não foram encontradas diferenças significativas ao nível do desejo de parentalidade, o que sugere que a orientação sexual pode não ser um fator mediador do desejo parental em mulheres. Não é de estranhar que as intenções, mais do que o desejo, sejam frequentemente reportadas como inferiores em indivíduos LGBTQ+, pois existem vários fatores que constroem de forma mais intensa estas pessoas na tomada de decisão de ser mãe/pai, nomeadamente a antecipação de pouco suporte social, quer a nível familiar, de amigos ou comunitário (Baiocco & Laghi, 2013; Riggs et al., 2016) e a sensação de um menor enriquecimento pessoal (Gato et al., 2022).

Considerando a variável género no estudo dos desejos e intenções de parentalidade de indivíduos LGBTQ+, estudos como os de Costa e Bidell (2017) e Lasio et al. (2020) não encontram diferenças nas aspirações parentais de homens e mulheres. Já a investigação de Baiocco e Laghi (2013) revela que as mulheres lésbicas têm um desejo superior aos homens gays e a de Gato et al. (2020) encontra resultados idênticos quanto à intenção parental. Estes resultados podem ser explicados pelos papéis de género, atribuídos socialmente às mulheres, de principais cuidadoras, mais internalizados por estas em países com culturas centradas na família e em que a maternidade é um valor central na construção da identidade feminina (Baiocco & Laghi, 2013), tais como Itália e Portugal, onde foram desenvolvidos os dois estudos. De facto, o “conjunto de expectativas culturais, ancoradas na tradição e transformadas em práticas legais, políticas e sociais” de um determinado país podem tornar a maternidade uma experiência compulsória para as mulheres (Santos, 2018, p. 202), sendo essas expectativas mais severas e culpabilizadoras para as mulheres do que para os homens (Maciel, 2021). Por outro lado, os papéis de género associados à figura masculina não colocam os homens na posição de cuidador, pelo que as motivações para a parentalidade podem ser comprometidas pela internalização dos estereótipos de que os homens são menos aptos e capazes de criar uma criança sem a presença de uma mulher (Gato, 2014).

Apesar de as motivações para a parentalidade serem maioritariamente as mesmas para todos os indivíduos, independentemente da sua orientação sexual ou identidade de género (Gato, Leal, et al., 2020; Marinho et al., 2020; Santona et al., 2021), alguns estudos identificam que o fator identidade, entendido como o papel da parentalidade na consolidação de uma identidade adulta, tem um menor peso para os casais LGBT+ do que para os heterossexuais (Bos et al., 2003; Santona et al., 2021). Uma das explicações avançadas reside no facto da identidade adulta das pessoas LGBT+ não estar tão dependente da experiência parental por estas pessoas experienciarem outros caminhos de crescimento e integrarem a sua sexualidade com uma noção positiva do *self* (Bos et al., 2003).

1.4. Discriminação, estigma e preconceito

O reconhecimento legal dos direitos LGBT+ e as normas proibitivas de discriminação em razão da orientação sexual não são acompanhadas de mudanças sociais e culturais tão expressivas (Moreira, 2018). Apesar de se verificar que cada vez mais pessoas apoiam a diversidade sexual e os direitos LGBT+, tais como o casamento e a parentalidade homoafetiva (Costa et al., 2017; Melo et al., 2020), as crenças de que homens e mulheres homossexuais não são capazes de providenciar um ambiente estável na vida de uma criança permanecem (Costa & Salinas-Quiroz, 2018). Os argumentos utilizados pelas pessoas que se opõem à constituição de famílias não heteronormativas prendem-se com as ideias de que as pessoas LGBT+ não são capazes de criar uma família estável e que não providenciam figuras de referência parentais masculina e feminina e modelos heterossexuais de relacionamento, o que prejudicaria o superior interesse da criança (Costa et al., 2017).

Por sua vez, o estigma sexual é um fenómeno cultural que se refere ao sistema de crenças partilhado pelos membros de uma sociedade de que as minorias sexuais têm um menor valor do que as pessoas cisgénero e heterossexuais (Herek & McLemore, 2013). No que concerne à parentalidade homoafetiva, convicções negativas são mais prevalentes em homens, pessoas mais velhas, com menor escolaridade, indivíduos muito religiosos e pessoas que consideram que a homossexualidade tem origens sociais e ambientais (Costa et al., 2017, 2019; Costa & Salinas-Quiroz, 2019; Melo et al., 2020). O estigma tem um impacto na satisfação que as minorias sexuais têm com a sua vida (Seabra et al., 2023) e aumenta a suscetibilidade de serem vítimas de discriminação, assédio ou ataques violentos (Bayrakdar & King, 2023), sendo este

risco ainda superior nas pessoas trans (Bayrakdar & King, 2023). Numa perspectiva de género, os ataques violentos são mais comumente dirigidos a homens, enquanto o maior risco de experienciar discriminação e assédio é mais reportado pelas mulheres (Bayrakdar & King, 2023).

A antecipação do preconceito sexual, caracterizada pela expectativa de ser alvo de um conjunto de “atitudes negativas em relação a um indivíduo baseadas na sua pertença a um grupo definido pela atração, comportamentos ou orientação sexuais dos seus membros” (Herek & McLemore, 2013, p. 311) constitui um dos fatores decisivos na construção do desejo e intenção de se tornar mãe /pai das pessoas LGBT+ (Costa & Tasker, 2018; Gato, Leal, et al., 2020). A investigação de Gato et al. (2019) compara os níveis de antecipação do preconceito sexual na pré-parentalidade entre mulheres lésbicas, bissexuais e heterossexuais, concluindo que as bissexuais reportam níveis semelhantes aos das heterossexuais, os quais são substancialmente mais baixos daqueles que reportam as mulheres lésbicas. Tal como sugerem os autores, seria importante compreender se o género do parceiro tem influência nessa antecipação do preconceito sexual, considerando que a parentalidade das pessoas bissexuais pode ser fruto de uma relação com pessoas de sexo diferente.

A teoria do stresse minoritário (Meyer, 2003) é de grande interesse para a compreensão das experiências negativas únicas das pessoas LGBT+ e a sua influência na saúde mental e física dos indivíduos, tendo sido testada por variadíssimas investigações (Frost et al., 2015; McConnell et al., 2018; Pereira, 2019; Swank et al., 2013). Esta teoria conceptualiza a existência de vários tipos de stressores: i. os eventos e condições externos/ambientais, ii. a antecipação da ocorrência desses eventos externos/ a vigilância acrescida que essa antecipação implica e iii. a internalização das atitudes sociais negativas (Meyer, 2003).

A interiorização do preconceito sexual pode condicionar os indivíduos de minorias sexuais e de género na decisão de se tornarem progenitores, levando-os a acreditar que a criança poderá ser prejudicada por crescer com progenitores do mesmo género (Gato et al., 2022) ou que não dispõem das competências parentais necessárias (Robinson & Brewster, 2014).

Por fim, as pessoas LGBT+ identificam algumas barreiras no acesso à parentalidade, as quais estão relacionadas com experiências de discriminação originadas por legislação discriminatória ou na relação com as instituições e serviços de saúde, o que pode contribuir para que os indivíduos escondam a sua orientação sexual (Brown et al., 2009). A investigação de Costa e Tasker (2018), desenvolvida no Reino Unido com indivíduos LGBT+ que atingiram

a parentalidade através da adoção ou são candidatos num processo de adoção, revela que a maioria dos participantes não associa a sua identidade sexual a discriminações ou constrangimentos durante o processo de adoção. No entanto, 10% dos participantes relatou que profissionais que trabalhavam nos processos de adoção lhes sugeriram que não deveriam adotar por causa da sua orientação sexual e alguns reportaram que a própria família os tentou persuadir no mesmo sentido (Costa & Tasker, 2018). As/os participantes transgénero do estudo de Ellis et al. (2015) revelam ter-se sentido ignoradas/os e pouco compreendidas/os pelas/os profissionais dos serviços de saúde durante a gravidez e no estudo de Marinho et al. (2020), apesar de todas/os as/os participantes terem sido informados sobre as consequências do processo de transição na fertilidade, apenas 4 das/os 14 participantes foram informadas/os sobre a possibilidade de preservar o seu material genético para uma futura reprodução. Nas situações em que o Estado não reconhece as relações familiares existentes das pessoas LGBTQ+, nomeadamente nos casos em que apenas um dos progenitores o é oficialmente, as vivências destas pessoas são marcadas por sentimentos de insegurança e incerteza (Brown et al., 2009).

1.5. Transição para a parentalidade e práticas parentais

A transição para a parentalidade implica, para as pessoas LGBTQ+, uma maior reflexão e investimento (Bergman et al., 2010; Bos et al., 2003; Santos, 2018). Em Portugal, assim como em outros países ocidentais, assiste-se ao adiamento da parentalidade, verificando-se que a idade das mulheres ao nascimento da/o primeira/o filha/o é cada vez maior (Cunha et al., 2021; Nisén et al., 2022). Os indivíduos de minorias sexuais e de género tendem a ser mães/pais ainda mais tarde do que os restantes indivíduos, o que está normalmente associado aos tempos de espera dos métodos de concretização da parentalidade disponíveis (Bos et al., 2003). Para as mulheres LGBTQ+ que escolhem a procriação medicamente assistida para serem mães, é possível terem de ficar em listas de espera nas clínicas de fertilidade ou terem de procurar um dador de esperma, ao que acresce o facto de o procedimento de conceção ser normalmente mais demorado do que o de conceção natural (Bos et al., 2003). Por outro lado, ao acesso a determinadas técnicas de reprodução (como a procriação medicamente assistida e a gestação de substituição) estão associados custos, esforço e tempo, que crescem àqueles que já existem em qualquer situação de parentalidade (Bergman et al., 2010; Berkowitz & Marsiglio, 2007; Tate et al., 2019). Bergman et al. (2010), no seu estudo com homens gay que se tornaram pais através de gestação de substituição, indicam que a maioria dos participantes era financeiramente

estável, com um rendimento anual superior à média nacional estadunidense. De acordo com os Censos dos Estados Unidos do ano 2000, as mulheres lésbicas tinham rendimentos superiores ao das mulheres heterossexuais, circunstância que se verificava mesmo quando existiam filhos (Rothblum, 2017). Os custos acrescidos da gestação de substituição e a antecipação de discriminação em processos de adoção pode também condicionar homens transgénero a seguir trajetórias de parentalidade conflitantes com a sua identidade de género, nomeadamente, decidindo ser pais através da gravidez (Ellis et al., 2015), tendo assim de suspender os tratamentos de transição de género (Chen et al., 2017; Marinho et al., 2020).

Como país da Europa do Sul, Portugal tem uma cultura centralizada no papel da família, entendendo a parentalidade de uma forma mais positiva (por exemplo, quanto ao enriquecimento emocional, à sensação de apoio social e familiar e à perceção de continuação geracional decorrente de ter filhas/os) do que os países de cultura mais individualista (Gato et al., 2022). Enquanto a antecipação de suporte familiar e social durante a parentalidade não se revelaram como fatores determinantes no desejo e intenção de parentalidade no estudo de Costa e Bidell (2017), relações mais favoráveis com os progenitores e relações de amizade próximas estão associadas a maior intenção parental (Riggs et al., 2016; Tate et al., 2019).

Apesar de vários estudos indicarem que a transição para a parentalidade das pessoas LGBT+ é marcada por um aumento do suporte familiar (Goldberg, 2006), o suporte percecionado por estes indivíduos é inferior ao sentido pelas pessoas heterossexuais (Goldberg & Smith, 2008). O estudo qualitativo de Bergman et al. (2010) procurou conhecer as experiências de homens gay que se tornaram pais através de gestação de substituição. Para a maioria dos participantes, a qualidade das relações e proximidade com a família aumentou após o nascimento da criança. Resultados semelhantes surgiram na investigação de Costa et al. (2020) com casais de mães lésbicas, no qual, após uma inicial rejeição da futura situação de parentalidade por parte das/os progenitoras/es das participantes, as/os avós aceitaram a criança e abraçaram o papel de avós. No entanto, dois homens sentiram um afastamento da família após o nascimento do filho, associando este afastamento à dificuldade de a família integrar a identidade gay e a identidade parental. Brown et al. (2009) identificam que cerca de 25% dos participantes do seu estudo revelaram experiências de baixo suporte social e familiar, tais como oposição à decisão de ser mãe/pai e corte de relações familiares.

O suporte das redes de amigos revela-se como um fator de proteção face às experiências de discriminação social e de rejeição pela família de origem presentes em muitas das vidas

LGBT+, verificando-se que, para muitas destas pessoas, o significado de família vai para além da família nuclear ou dos laços biológicos (Carvalho & Casimiro, 2023; Wall & Gouveia 2014). Este fenómeno, retratado na sociologia da família como “famílias de escolha”, representa uma estrutura fundamental para as pessoas LGBT+, mas já não surge como oposta ou substituta da família de origem, mas sim como um complemento a esta (Hull & Ortyl, 2019). Também o envolvimento na comunidade LGBT+ é um preditor de maior intenção de parentalidade pois protege os indivíduos do estigma sexual e fornece suporte emocional (Costa & Bidell, 2017; Manley et al., 2018). No entanto, a ideia de que a comunidade LGBT+ não acolhe a bissexualidade leva a que pessoas bissexuais não recorram tão frequentemente a este apoio (Manley et al., 2018).

Estar numa relação duradoura não é um preditor de desejo parental para as mulheres lésbicas e bissexuais, ao contrário do que acontece no caso das mulheres heterossexuais (Gato et al, 2019). Quanto às intenções parentais, o estudo de Tate et al. (2019) revela que maiores expectativas de permanência numa relação amorosa está positivamente relacionado com maiores intenções parentais, independentemente da orientação sexual.

Vários estudos demonstram que a equidade parental em famílias com progenitores LGBT+ é superior à vivida em famílias heterossexuais no que diz respeito à divisão das tarefas domésticas e de cuidado, tomada de decisão e participação em atividades com as crianças (Gato & Fontaine, 2011; Patterson et al., 2004; Hammack et al. 2018). Um estudo com dez casais lésbicos e gay portugueses sem filhas/os (Nico & Rodrigues, 2011), identifica que a proporção das tarefas domésticas nestes casais é de 60%-40% e que a divisão das tarefas, independentemente do género dos casais, tem um carácter negociável e com uma preocupação pela justiça e igualdade. As autoras identificam ainda que, apesar de os papéis domésticos desempenhados por cada um/a das/os parceiras/os não terem como base estereótipos de género, é possível identificar resquícios da construção social dos papéis de género na tendência dos casais de mulheres apresentarem maiores desigualdades de divisão das tarefas e na dos casais de homens para delegar em terceiros algumas dessas tarefas (Nico & Rodrigues, 2011).

PARTE II – OBJETIVOS DA PESQUISA E OPÇÕES METODOLÓGICAS

2.1. Objetivos da pesquisa

De uma forma geral, a parentalidade em minorias sexuais e de gênero é experienciada de forma distinta àquela que é vivida pelos indivíduos cisgênero e heterossexuais, sendo complexificada por stressores únicos, tais como o estigma e a discriminação, e por um conjunto de barreiras jurídicas, institucionais e sociais. Esta investigação pretende compreender quais os fatores que os casais LGBTQ+ consideram ser relevantes para a formação das suas aspirações, para a transição e para a vivência da parentalidade. Nesse sentido, a pergunta que norteia o estudo é “De que forma os casais LGBTQ+ antecipam e/ou experienciam a parentalidade?”.

Para responder a esta questão de partida foram definidos seis objetivos específicos:

1. Conhecer a influência da vivência e/ou da antecipação de discriminação/estigma dos indivíduos e do casal nos seus desejos e intenções parentais e na experiência parental.
2. Entender de que forma a vivência em conjugalidade e a situação financeira influenciam a transição para a parentalidade;
3. Compreender as experiências de suporte familiar e social vividas pelo casal antes e depois da transição para a parentalidade, verificando se e em que medida esse suporte se alterou depois de serem mães/pais;
4. Perceber de que forma os casais dividem as tarefas domésticas e de cuidado das/os filhas/os;
5. Identificar os fatores que motivam os casais a optar por determinados meios de concretização da parentalidade (adoção, gestação de substituição, procriação medicamente assistida);
6. Conhecer as dificuldades e desafios sentidos na transição para a parentalidade e na experiência de ser progenitor(a).

2.2. Instrumentos, procedimentos de investigação e modelo de análise

Compreensão das experiências no seu contexto, imersão, interpretação com base em relatos de experiências e investigação-ação. Estas são as quatro características que Gilgun (2012) atribui à investigação qualitativa da família. Foi partindo destes pressupostos que o

método escolhido para a condução da presente investigação foi o qualitativo. Para conhecer e descrever os fenómenos familiares é necessário conhecer e refletir sobre os significados que cada indivíduo atribui aos conceitos, mergulhar nos relatos, identificar os pontos divergentes e convergentes das histórias e interpretar para além dos preconceitos individuais da investigadora.

A investigação qualitativa utiliza perguntas abertas, o que permite aceder às crenças e pensamentos do indivíduo sobre as relações familiares, através das suas próprias palavras (Ganong & Coleman, 2014). Dar voz às famílias contemporâneas é compreender e valorizar a complexidade e diversidade das suas experiências (Hash & Cramer, 2003), promovendo a mudança social que abre portas ao seu reconhecimento (Monaco & Nothdurfter, 2021). Assim, apesar da amostra do estudo não ser representativa, não podendo os resultados ser generalizados à população de minorias sexuais e de género portuguesa, a estratégia escolhida possibilita a compreensão mais aprofundada de fenómenos complexos, permitindo conhecer os contextos das/os participantes e perceber os detalhes das suas representações e experiências.

Embora no panorama internacional já existam alguns estudos sobre parentalidade LGBT+, o estudo destas famílias através da perspetiva dos casais em Portugal é escasso e, por isso, esta investigação assume um carácter exploratório. Segundo Swedberg (2020), os estudos exploratórios mais comuns são aqueles que partem de um tópico nunca antes estudado ou aqueles que partem de uma temática já explorada, por forma a produzir novas ideias e hipóteses, sem conseguir verificá-las no próprio estudo. É neste segundo tipo que se enquadra a presente investigação pois, apesar de partir de várias hipóteses sugeridas por investigações anteriores, pretende encontrar novas perguntas e propor novas discussões.

Os dados foram recolhidos através de entrevistas semiestruturadas, permitindo assim que as/os participantes falassem livremente sobre os temas propostos pela investigadora, de acordo com os Guiões de Entrevista elaborados (**Apêndices I e II**). Desta forma, foi possível seguir uma linha condutora no desenrolar da entrevista, que tem por base as temáticas que foram identificadas na literatura, mas esta não limitou o surgimento de novos temas nem o aprofundamento de outras questões.

As entrevistas foram realizadas simultaneamente aos dois membros do casal. A opção por este método, em díade, deveu-se à potencialidade do contexto deste tipo de entrevista produzir uma maior riqueza e detalhe dos relatos, decorrente da interação entre o casal (Bjørnholt & Farstad, 2014). Este tipo de entrevista encoraja as pessoas entrevistadas a colocar

questões entre si, por forma a completar questões iniciadas por quem está a conduzir a entrevista (Mavhandu-Mudzusi, 2018), o que revela a existência de um espaço comum de reflexão (Bjørnholt & Farstad, 2014; Mavhandu-Mudzusi, 2018).

Foram, ainda assim, considerados os aspetos potencialmente negativos das entrevistas conjuntas, nomeadamente a possibilidade de uma das pessoas entrevistadas poder assumir o papel de narradora ou narrador, apresentando apenas um lado da história (Bjørnholt & Farstad, 2014).

A investigação foi norteada pelos princípios éticos de integridade, liberdade intelectual, responsabilidade profissional, científica e cívica e igualdade, conforme previstos na Carta de Ética do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa¹. Para garantir os valores de integridade, tais como o respeito pelas/os participantes e a fiabilidade dos dados, antes do início das entrevistas foi lido o Consentimento Informado (**Apêndice III**) da participação no estudo, o qual continha uma explicação sobre o âmbito em que foi desenvolvida a investigação e os seus objetivos, assim como uma descrição das principais temáticas a serem abordadas. As/os participantes foram informadas/os dos seus direitos, nomeadamente o direito ao anonimato, à privacidade dos dados, à desistência, ao esquecimento e à informação. Nas entrevistas realizadas presencialmente, as/os participantes assinaram a declaração do consentimento informado, enquanto nas entrevistas online, que foram igualmente gravadas, esse consentimento foi verbal. Não obstante o exposto, as principais informações relacionadas com os objetivos da investigação e os direitos das/os entrevistadas/os foram comunicados em momento anterior à realização da entrevista, para que o seu consentimento fosse completamente livre.

A partir da revisão da literatura foi possível identificar as temáticas mais estudadas no âmbito da parentalidade LGBT+ e criar um modelo de análise, representado na Figura 1, que permitisse responder à pergunta de partida desta investigação: “De que forma os casais LGBT+ antecipam e/ou experienciam a parentalidade?”.

Identificaram-se como principais conceitos **Casais LGBT+**, **Antecipação da Parentalidade** e **Experiência da Parentalidade**. Estes são os três principais eixos norteadores da investigação que contribuirão para delimitar o objeto de estudo e definir a amostra que serviu de base à pesquisa.

¹ Carta de Ética do ISCSP, disponível em: <https://www.iscsp.ulisboa.pt/pt/media-f-o/open?guid=6347fcb3312c7>

Conforme ilustrado no Modelo de Análise, procurou compreender-se de que forma a percepção e experiências de **Estigma/Discriminação**, o **Contexto Socioeconómico** e o **Suporte Social e Familiar** podem influenciar a antecipação da parentalidade. Procurou-se, igualmente, compreender as relações entre o **Suporte Familiar e Social** e a experiência da parentalidade, assim como a forma como a **Logística Familiar** é vivida nos casais que já têm filhas/os.

A apresentação e discussão dos resultados (Parte III) foi organizada em quatro secções, tendo em conta as cinco dimensões aprofundadas e seus indicadores, cf. Figura 1 (o suporte social e o suporte familiar foram agrupados na secção “Redes de suporte, projeto parental e vida familiar”). Em cada uma das secções da Parte III são apresentados e comparados os resultados relacionados com a antecipação da parentalidade, por um lado, e com as experiências, por outro.

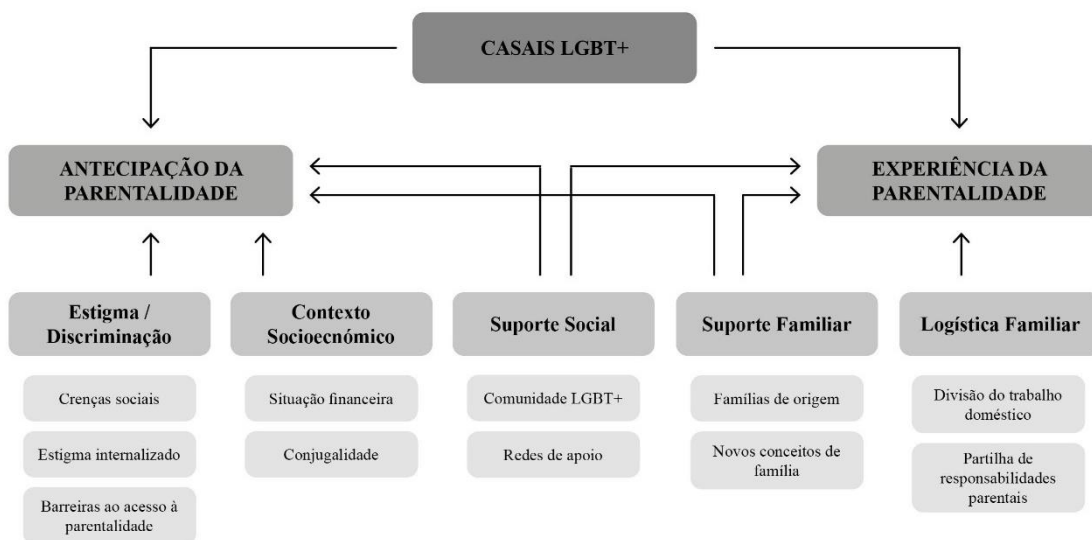


Figura 1 - Modelo de Análise, Elaboração Própria

Recolhidos os dados, a análise que permitiu identificar e organizar os temas e subtemas relevantes foi realizada com recurso à ferramenta MaxQDA, e seguindo 6 fases específicas, como proposto por Labra et al. (2020): 1. Familiarização com os dados recolhidos; 2. Criação dos códigos iniciais; 3. Procura das categorias/temas; 4. Revisão dos temas; 5. Definição e nomeação dos temas; 6. Apresentação e discussão dos resultados.

A primeira etapa iniciou com a transcrição das entrevistas e com a identificação dos elementos mais marcantes dos discursos, interpretando-os de forma reflexiva. Foi a partir dos

elementos detetados na primeira fase que os códigos iniciais foram desenvolvidos (fase 2). Estes códigos podem ser palavras ou frases que vão ficar associados a determinados excertos. Como explicam Labra et al. (2020), um tema/categoria é o conjunto de dados codificados agrupados por semelhanças ou determinados padrões. Ao agrupar os códigos existentes é importante ter em consideração a pergunta de partida e os objetivos traçados na investigação.

A fase de revisão dos temas serviu para refletir sobre a relevância de cada um dos códigos, categorias e subcategorias, sendo uma oportunidade para identificar as fronteiras entre eles e ponderar a exclusão ou reorganização da análise. Após obter uma organização final das várias temáticas abordadas na investigação, foi necessário defini-las de forma a não existir qualquer ambiguidade quanto ao seu âmbito, expostas na seguinte árvore de categorias:

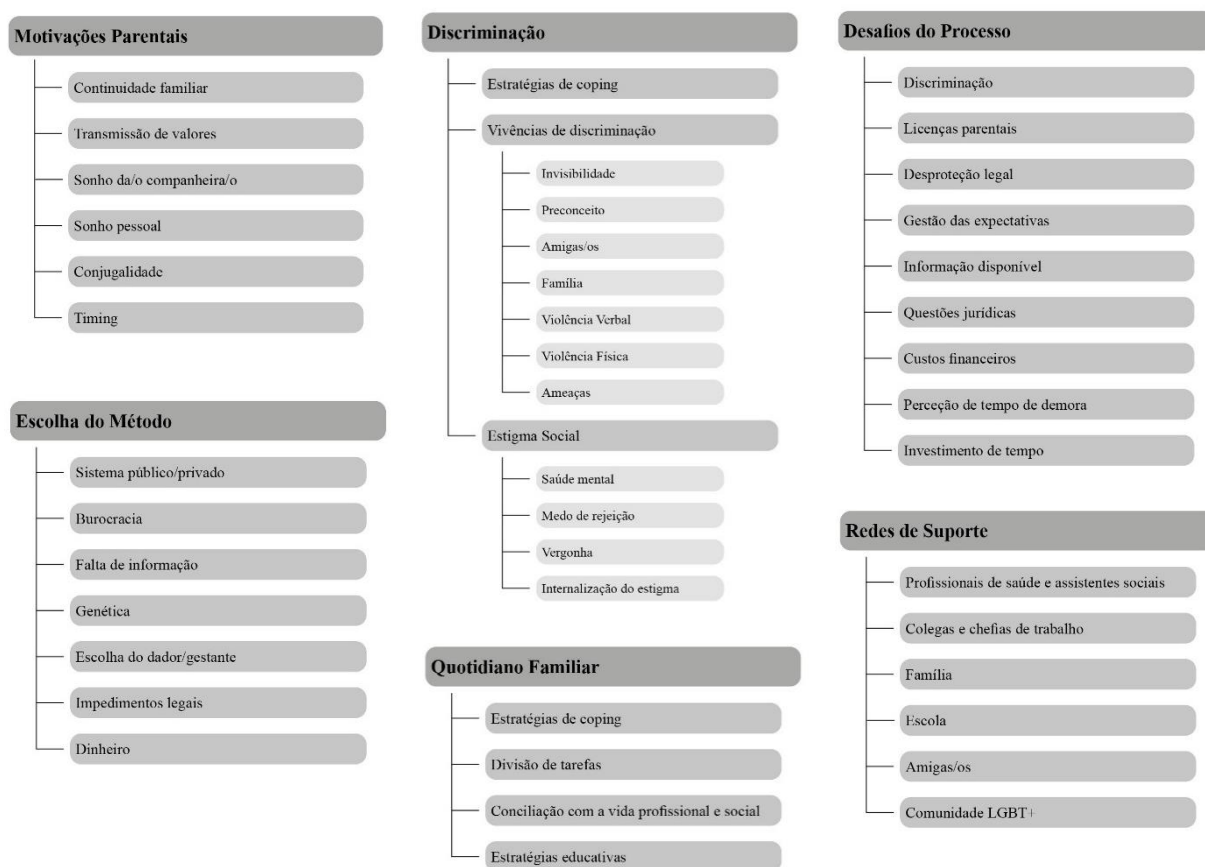


Figura 2 – Árvore de categorias, Elaboração Própria

Por fim, a fase final da análise temática foi a apresentação e a discussão dos resultados, os quais são obtidos através da análise interpretativa do discurso, em função das linhas teóricas que norteiam o estudo.

2.3. Definição e caracterização da amostra

2.3.1. Critérios de inclusão e divulgação do estudo

Definindo-se como alicerce fundamental desta investigação a temática da parentalidade LGBT+, decidiu-se incluir apenas participantes com filhas/os resultantes de um projeto parental não heteronormativo ou participantes sem filhas/os, mas com desejo e intenção de serem mães ou pais, que se identificassem como LGBT+. O objetivo era o de alcançar alguma heterogeneidade dentro do grupo de estudo, no sentido de conhecer experiências de fases de vida diversas, e aceder, por um lado, às expectativas e, por outro, às práticas parentais.

Optou-se por incluir apenas casais coabitantes, sendo as entrevistas realizadas em díade. As experiências de suporte social, estigma, enriquecimento pessoal e demais temáticas que se desenvolveram neste estudo são únicas para cada indivíduo. A perceção dos acontecimentos é moldada pelos contextos e experiências pessoais, pelo que os membros do casal podem apresentar pontos de vista distintos sobre os mesmos momentos. É também esperado que o facto de as/os participantes não serem entrevistadas/os sozinhas/os lhes permita sentirem-se mais confortáveis e à vontade para responder às questões, completando ideias ou trazendo mais temas para a discussão.

Para divulgação do estudo foi criado um formulário google com uma descrição clara dos objetivos do estudo, através do qual as pessoas podiam manifestar o seu interesse em participar na investigação, o qual foi partilhado pela investigadora junto da sua rede social de amigas/os, familiares e pessoas conhecidas. Houve ainda participantes que foram contactadas/os diretamente pela investigadora por sugestão de pessoas da sua rede social, tendo ainda sido utilizado o método bola de neve para obtenção de algumas participações. O estudo foi também divulgado no *site* da Associação ILGA Portugal – Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual, Trans e Intersexo.

2.3.2. Caracterização da amostra

Foram entrevistados 11 casais, tendo as/os participantes idades compreendidas entre os 24 e os 55 anos. Em duas entrevistas não foi possível contar com a participação dos dois membros do casal, por situações relacionadas com a conciliação da vida profissional ou familiar e a realização da entrevista, pelo que o total de participantes foi de 20. As entrevistas tiveram uma duração média de 1h19m, tendo 6 sido realizadas por Zoom e 5 presencialmente. Todas/os as/os participantes são residentes em Portugal, 2 têm nacionalidade brasileira e as/os restantes 18 nacionalidade portuguesa.

Relativamente à orientação sexual, 11 participantes identificaram-se como homossexuais, 7 como bissexuais e 2 como pansexuais. A homossexualidade representa a atração sexual e emocional por pessoas do mesmo sexo, a bissexualidade a atração por ambos os sexos e a pansexualidade a atração por pessoas não definida pelo género (Gato, 2022). Considerando a variável identidade de género, 16 pessoas identificaram-se como cisgénero, ou seja, a sua identidade de género é conforme ao sexo com que nasceram (Gato, 2022) e 4 como não-binárias, pelo que não se definem pelo binómio masculino-feminino, podendo identificar-se com ambos ou nenhum género (Gato, 2022). Uma das grandes lacunas na literatura sobre minorias sexuais é a baixa representatividade de pessoas que não se enquadrem nos conceitos de lésbica e gay (Reczek, 2020). O presente estudo, apesar de ter participação de pessoas bissexuais, pansexuais e não binárias, não conseguiu alcançar indivíduos de outros espectros de identidade e expressão de género, nomeadamente pessoas transgénero.

Seis dos casais entrevistados têm filhas/os de um projeto parental comum e os restantes casais ainda não têm filhas/os. A duração dos relacionamentos dos casais com filhas/os varia entre os 2 e os 27 anos e a duração da coabitação destes casais entre 1 e 27 anos. Já quanto aos casais sem filhas/os, a duração do relacionamento varia entre 1 e 7 anos e a coabitação entre menos de 1 ano e 5 anos. A maioria dos casais (7) reside no distrito de Lisboa, 3 no distrito de Setúbal e 1 no distrito de Viana do Castelo. Todas/os as/os participantes trabalhavam, 16 por conta de outrem, 3 eram trabalhadoras/es independentes e 1 estava a frequentar estágio de acesso a ordem profissional. Para salvaguarda da privacidade das/os participantes optou-se por não fazer referência no estudo às suas profissões.

Quanto ao estado civil, todos os casais com filhas/os e um dos casais sem filhas/os são casados entre si e quatro casais sem filhas/os são solteiros. O método de procriação

medicamente assistida permitiu o nascimento das/os filhas/os de 3 casais e está a ser utilizado ou pretendia-se que viesse a ser utilizado por 3 casais que ainda não tinham filhas/os, sendo o método a que mais recorrem as/os entrevistadas/os desta pesquisa. Um casal acedeu à parentalidade por recurso à adoção, estando num segundo processo de adoção e um casal sem filhas/os pretende adotar. Dois casais tiveram filhas/os com recurso à gestação de substituição e um casal quer ter filhas/os através desse método.

Todos os casais com filhas/os tinham apenas uma criança, à exceção de um casal com duas. A idade das crianças variou entre um mês e meio e 9 anos.

Foi atribuído um nome fictício a todas as pessoas que participaram na investigação para salvaguardar a sua privacidade e anonimato. Ao longo do estudo a referência a cada participante é realizada de acordo com as seguintes figuras:

CASAIS COM FILHAS/OS
CASAL 1 - 1 filho através de adoção (atualmente em processo para nova adoção), juntos há 4 anos e há 3 anos em coabitação
E01 - Francisco / 42 anos / masculino / cisgénero / homossexual
E02 - Diogo / 41 anos / masculino / cisgénero / homossexual
CASAL 2 - 1 filho através de procriação medicamente assistida por inseminação artificial após 2016, juntas há 2 anos e há 1 ano em coabitação
E03 - Lina / 34 anos / feminino / cisgénero / bissexual
E04 - Ana / 31 anos / feminino / cisgénero / bissexual
CASAL 3 - 1 filha através de procriação medicamente assistida por fertilização in vitro (método ROPA), após 2016, juntas há 9 anos e há 4 anos em coabitação
E05 - Diana / 33 anos / feminino / cisgénero / bissexual
E06 - Melissa / 30 anos / feminino / cisgénero / bissexual
CASAL 4 - 2 filhos através de gestação de substituição fora de Portugal, juntos há 27 anos e há 27 anos em coabitação
E07 - Frederico / 54 anos / masculino / cisgénero / homossexual
E08 - Paulo / 50 anos / masculino / cisgénero / homossexual
CASAL 5 - 1 filho através de procriação medicamente assistida (inseminação artificial), fora de Portugal, antes de 2016, juntas há 14 anos e há 11 anos em coabitação
E09 - Mafalda / 44 anos / feminino / cisgénero / bissexual
CASAL 6 - 1 filha através de gestação de substituição, fora de Portugal, juntos há 11 anos e há 11 anos em coabitação
E10 - Rúben / 35 anos / masculino / cisgénero / homossexual

Figura 3 – Resumo da identificação de participantes com filhas/os, Elaboração Própria

CASAI SEM FILHAS/OS
CASAL 7 - Pretendem aceder à parentalidade através da gestação de substituição, fora de Portugal, juntos há 2 anos e há 1 ano em coabitação
E11 - Pedro / 33 anos / masculino / cisgénero / homossexual
E12 - Gustavo / 31 anos / masculino / cisgénero / homossexual
CASAL 8 - Pretendem aceder à parentalidade através da procriação medicamente assistida, juntos há 7 anos e há 5 anos em coabitação
E13 - Rafa / 30 anos / não binário / pansexual
E14 - Sara / 30 anos / feminino / cisgénero / pansexual
CASAL 9 - Pretendem aceder à parentalidade através da adoção, juntas há 4 anos e há 2 anos em coabitação
E15 - Gabi / 31 anos / não binário / homossexual
E16 - Né / 24 anos / não binário / homossexual
CASAL 10 - Pretendem aceder à parentalidade através da procriação medicamente assistida, juntas há 6 anos e há 5 anos em coabitação
E17 - Cristina / 36 anos / feminino / cisgénero / bissexual
E18 - Rita / 36 anos / feminino / cisgénero / homossexual
CASAL 11 - Pretendem aceder à parentalidade através da procriação medicamente assistida, juntos há 1 anos e há menos de 1 ano em coabitação
E19 - Júlia / 29 anos / feminino / cisgénero / bissexual
E20 - Catarina / 30 anos / não binário / homossexual

Figura 4 - Resumo da identificação de participantes sem filhas/os, Elaboração Própria

PARTE III – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1. A influência da percepção social e das experiências de discriminação no projeto e nas práticas parentais.

Os testemunhos das/os participantes relativamente à percepção social e experiência de situações de discriminação são bastante díspares, variando em função do género e da orientação sexual. Todos os homens indicaram ter experienciado situações de discriminação, tais como ataques verbais ou físicos, enquanto várias mulheres e pessoas não binárias relataram nunca se terem sentido discriminadas ou confrontadas pela sua orientação sexual.

As experiências relatadas vão desde **violência no contexto de atividades coletivas LGBT+**, como contou Rúben^{E10}: “*tivemos um episódio de violência em Estocolmo, numa parada gay, por um grupo extremista que invadiu a marcha*”, **assédio sexual**, como explicou Melissa^{E06}: “*Homens mais velhos que quando nos veem de mãos dadas mandam piadas ou piropos e homens (...) mais jovens, quando vamos sair e eles vêm, tipo: então, não querem uma cena a 3? Mas já experimentaste? Mas nunca experimentaste comigo.*”, **violência física**: “*cruzei-me com um amigo meu no Chiado (...) e dei-lhe 2 beijos na cara e passou um grupo de pessoas e um deles deu-me um estalo na cara que eu bati com a cabeça contra um prédio*”, como expressou Francisco^{E01} e **ameaças de morte**, conforme relata Diogo^{E02} :

Experienciei de várias formas, mas acho que o que mais me marcou (...) foi quando fui ameaçado de morte (...) por amigos meus de infância. Quando descobriram a minha orientação sexual não lidaram bem com isso e a forma que tiveram de o fazer foi juntar em grupo e ameaçarem-me de morte com mensagens anónimas que fui recebendo durante 1 ano e pouco.

(E02 - Diogo / 41 anos / masculino / cisgénero / homossexual)

Os comportamentos associados ao conceito “discriminação” não são entendidos de forma igual por todas/os as/os participantes. Enquanto as experiências elencadas anteriormente são agressões mais visíveis, as micro agressões, caracterizadas por atitudes intencionais ou não, que revelam, de forma mais subtil, hostilidade ou desprezo por grupos minoritários, podem não ser percebidas de forma semelhante por todos os indivíduos LGBT+ (Nadal et al., 2011). Para muitas pessoas LGBT+ este tipo de agressões acaba por ser normalizado, conduzindo à

adoção de comportamentos heteronormativos (Nadal et al., 2011). Mafalda^{E09}, questionada sobre experiências de discriminação, afirma:

(...) Só aquele básico, que eu não sinto que seja discriminação, de perguntarem: então e a tua amiga?, quando as pessoas sabem perfeitamente que é a minha namorada. Eu geralmente corrigia sempre, tentava explicar. Mais nesse sentido e no sentido de as pessoas não saberem como hão de falar sobre o assunto, (...) ficam assim sem saber muito bem. (...) A sua mulher, a sua...? Acho que é mais a terminologia que hão de usar, do que o discriminar. Acho que o discriminar não é isto, acho que é uma coisa feita de propósito para magoar, e isso eu não senti.

(E09 – Mafalda / 44 anos / feminino / cisgénero / bissexual)

Por sua vez, Francisco^{E01}, em resposta à mesma pergunta, indicou que “(...) o preconceito que estava instalado na sociedade há 20 anos era-nos inculcado quase como um chip e portanto nós autopuníamos-nos, e isto era um reflexo da discriminação.”. Ao mencionar alguns dos episódios de discriminação experienciados, desde a necessidade de ocultar o afeto para com outro homem, até experiências de violência física, acrescenta:

Eu não desvalorizo nenhum destes [episódios]. Para mim, nenhum é mais grave do que outro. Claro que aquele em que me bateram reveste-se aqui de uma situação potencialmente mais perigosa para a vida. Mas eu acho que discriminação é discriminação. (...) Cada ato que as pessoas têm de alguma forma que seja única e exclusivamente baseado e sustentado na minha orientação sexual é um ato de discriminação. (...) há várias vezes esta paz podre, em que aparentemente está tudo bem, mas que tu percebes nas entrelinhas que se não fosses homossexual, aquilo não estaria a acontecer. Portanto, é uma forma mais light se quiseres, mas é uma forma de discriminação.

(E01 - Francisco / 42 anos / masculino / cisgénero / homossexual)

Estes dois excertos são representativos das diferenças de significado atribuído ao conceito “discriminação” por parte das/os entrevistadas/os. Se, por um lado, participantes como Mafalda^{E09} tendem a interpretar certas atitudes por parte de outras pessoas como desconhecimento, curiosidade ou falta de vontade com a temática LGBT+, participantes como Francisco^{E01} consideram que o tratamento diferencial com base na orientação sexual não é aceitável, ainda que não haja uma intenção de ofender ou estigmatizar.

Considerando os percursos de vida e experiências relatadas pelas/os participantes, é possível compreender alguns fatores que poderão influenciar a forma como as pessoas entendem a “discriminação”. As/os participantes que têm ou tiveram ligação com a comunidade LGBT+ ou que revelam ter acompanhado e conhecer as conquistas de direitos pelas pessoas LGBT+ demonstram um maior léxico das problemáticas existentes e, nesse sentido, atribuem um sentido mais completo ao conceito de “discriminação”, incluindo nele comportamentos mais camuflados.

A questão da identidade LGBT+ parece ter também influência neste tópico, uma vez que, na generalidade, as pessoas que atribuem um maior peso à sua orientação sexual ou identidade de género como característica essencial na definição da sua identidade, associam a “discriminação” a uma maior panóplia de comportamentos. Considerando que a importância da identidade LGBT+ para os indivíduos está relacionada com os obstáculos que experienciaram durante a vida e com os preconceitos que tiveram de desconstruir, é notório que as mulheres bissexuais que assumiram relacionamentos com outras mulheres já em fase adulta revelam ter passado por menos experiências de discriminação e têm um entendimento mais positivo e tolerante face a comportamentos mais subtis. Este resultado poderá ser explicado considerando que para estas mulheres o desenvolvimento da identidade LGBT+ aconteceu numa fase da vida mais avançada, em que a exposição a intromissões sociais e familiares é menor e, por sua vez, as experiências de discriminação são também mais reduzidas (Hall et al., 2021).

O estigma social foi internalizado por várias/os participantes durante a sua vida, o que as/os condicionou na sua agência e na sua perceção do *self*. A internalização do estigma acontece quando os indivíduos, confrontados com os estereótipos sobre orientação sexual e identidade de género, absorvem as crenças negativas sobre a sua própria identidade, percecionando-se como pessoas anormais e inferiores (Herek & McLemore, 2013).

Relativamente à agência, algumas pessoas relataram ter vivido relacionamentos amorosos, mantendo-os em segredo para com a família e amigos por medo de represálias ou tentado contrariar a sua orientação sexual para encaixar num padrão heteronormativo, o que é característico de uma agência de reprodução (Maciel, 2021). Também as formas de falar, de vestir e de se expressarem perante as/os outras/os foram mencionadas pelas/os participantes como comportamentos que adaptavam, conscientemente, aos locais que frequentavam, para evitar situações potencialmente perigosas. As viagens ao estrangeiro são também programadas de forma a evitar países menos tolerantes a questões de liberdade sexual e de género.

Várias/os participantes enfatizaram as consequências que as experiências de discriminação e a percepção social do preconceito tiveram na percepção do *self*. Sentimentos de inferioridade e desconformidade, culpa e medo de rejeição pela família e amigas/os estiveram presentes durante as vidas de muitas/os das/os participantes, com impactos significativos na sua saúde mental. Exemplificativo desta afirmação é o relato de Francisco^{E01}: *“Eu sentia coisas horríveis por mim, nomeadamente nojo. Era uma coisa altamente punitiva para mim, era muito, muito difícil. Talvez por isso eu achasse sempre que aquilo vai passar, que não vai acontecer mais e é uma fase da adolescência.”*

A internalização da ideia de que o relacionamento com pessoas do mesmo sexo é errado, que deve ser evitado/escondido e de que é um motivo de vergonha, conduziu a situações de baixa autoestima, ansiedade e depressão de várias/os participantes, que procuraram apoio psicológico para conseguirem assumir e viver plenamente a sua identidade, desconstruindo os estereótipos internalizados. Cristina^{E17}, por exemplo, relatou ter passado por uma fase em que sentiu viver uma vida dupla ao ocultar do seu grupo de amigas/os e da sua família o relacionamento com uma mulher:

Fui procurar psicoterapia porque não estava a saber gerir o facto de instintivamente não parecer que estava a fazer nada de errado, mas depois à posteriori, estava constantemente a sentir que estava a fazer alguma coisa de muito errado e essa dualidade entre o certo e o errado estava a dar cabo de mim.

(E17 - Cristina / 36 anos / feminino / cisgénero / bissexual)

De facto, as expectativas de rejeição, ocultação da orientação sexual e homofobia internalizada são processos psicológicos com efeitos negativos na saúde mental dos indivíduos (como depressão e ansiedade), os quais foram já teorizados e verificados por Meyer (2003), tendo várias outras investigações convergido com essa literatura (Nadal et al., 2011).

A antecipação da parentalidade é influenciada não só pelas situações de discriminação experienciadas, mas também pelas antecipadas, sendo um fator preponderante na decisão de ser mãe/pai. A percepção de que a sociedade ainda tem dificuldade em aceitar famílias não heteronormativas torna a decisão mais complexa (Bos et al., 2003; Costa & Tasker, 2018) exigindo uma reflexão sobre os desafios que as crianças podem experienciar em situações de homofobia (Touroni & Coyle, 2002). Também na presente investigação, os discursos de quase todas/os as/os participantes assinalaram a preocupação quanto à forma como a sociedade encararia as suas famílias, bem como quanto à potencial exposição da criança a situações de

preconceito para com os seus progenitores e ao *bullying* que pudesse vir a sofrer na escola. Veja-se a reflexão de Rita^{E18} sobre a influência da forma como a sociedade tratará a/o sua/seu futura/o filha/o na decisão de ser mãe:

Isso é o que me preocupa mais. O que é que as outras pessoas pensam não me preocupam muito, preocupa-me muito o que a criança pode vir a sofrer com isso. Será que não é egoísmo da minha parte querer trazer alguém ao mundo para sofrer tudo aquilo que se calhar eu já sofri, preconceitos? Talvez sim, talvez não. É uma questão à qual eu nunca vou ter resposta se não tiver filhos...

(E18 - Rita / 36 anos / feminino / cisgénero / homossexual)

Por serem questões tão importantes para os casais, as estratégias de *coping* a adotar e as ferramentas a serem transmitidas às crianças são discutidas numa fase de antecipação da parentalidade. Assim, à semelhança do que Brown et al. (2009) verificaram em estudo anterior, todos os casais revelaram ter pensado bastante sobre a forma como iriam educar as/os suas/seus filhas/os, nomeadamente o modo como iriam abordar a existência de famílias com composições diferentes da tradicional, o modo como a criança nasceu ou foi integrada na família e como se poderiam proteger de ataques homofóbicos. O discurso de Paulo, pai de dois meninos, é disso um bom testemunho:

Logo antes de eles nascerem nós já tínhamos consultado duas psicólogas para sabermos quando eles começassem a perguntar, para não dar nenhum passo errado, para saber o que deveríamos dizer. E era um pouco aquilo que nós intuitivamente já sabíamos. Não fazia sentido estar a dizer-lhes que eles não tinham uma mãe, que só tinham dois pais.

(E08 - Paulo / 50 anos / masculino / cisgénero / homossexual)

Apesar das preocupações existentes quanto ao impacto das crenças e atitudes sociais negativas, nenhum dos casais questionou as suas competências parentais ou a influência da não existência de progenitores de géneros diferentes no bem-estar e desenvolvimento da criança, como se havia verificado em alguns estudos anteriores (Brinamen & Mitchell, 2008; Leal et al., 2022; Robinson & Brewster, 2014), indicando baixos níveis de internalização do estigma. Várias/os participantes relativizaram essas preocupações ao comparar a sua configuração familiar com tantas outras que fogem à suposta norma. Mafalda^{E09}, afirma ter vivido situações na infância, nas quais se sentiu diferente por não ter uma família nuclear tradicional:

Eu sou filha de mãe divorciada mas quase solteira e tive situações destas que tive que lidar. Todos nós temos estas situações, constrangimentos da nossa vida que nos são desconfortáveis. Agora, se temos arcaboço para lidar com elas e se temos capacidade de lidar com elas, isso é que é importante. E haver abertura para que ele chegue a casa e consiga deitar cá para fora e falar sobre o assunto e sentir-se à vontade. Se ele em casa não se sentir à vontade, não é em mais lado nenhum.

(E09 - Mafalda / 44 anos / feminino / cisgénero / bissexual)

No mesmo sentido, Cristina^{E17} rejeitou a ideia de que as/os suas/seus filhas/os poderiam vir a sofrer mais na escola do que as outras crianças por terem duas mães:

Vai sofrer tanto como sofre uma criança filha de pais divorciados. Para mim chamar sofrimento é errado, eu acho que são condicionantes. Há crianças que são criadas pelos avós, pelos tios, pelos padrinhos. Há crianças que são criadas por uma mãe ou só com um pai ou que não são criadas por ninguém, porque vivem em instituições. Acho que vai passar pelo mesmo processo das outras crianças. Hoje em dia a percentagem de crianças que são criadas pelo pai e pela mãe num casamento estável e feliz são cada vez menos, são a minoria, na verdade. Portanto, acho que vai ser só uma criança como todas as outras e cabe-nos a nós, como mães, dar-lhe as ferramentas para se defenderem e terem sempre a resposta pronta na ponta da língua.

(E17 - Cristina / 36 anos / feminino / cisgénero / bissexual)

As preocupações sentidas na antecipação da parentalidade pelas/os participantes são comuns a todos os casais, mas os casais com filhas/os partilham que a experiência da parentalidade acaba por se revelar mais positiva do que o que esperavam. Por exemplo, Melissa^{E06} diz:

As pessoas não estão à partida pré-formatadas para isso, mas quando nós dizemos: «somos duas mães»; é tipo: «ah ok». Não houve grande resistência a isso, a pessoa segue em frente e é igual. Eu sinto que não é uma coisa super normalizada e que as pessoas estejam a pensar nisso, mas quando nós expomos isso também não é questão nenhuma.

(E06 - Melissa / 30 anos / feminino / cisgénero / bissexual)

Mafalda^{E09}, uma mulher com 44 anos, com um filho em idade escolar, nota, no mesmo sentido:

Não sei se sou eu que sou um bocado avestruz, mas eu continuo a não ter razão nenhuma de queixa. (...) Eu não escondo o que sou, nem a minha vida, eu acho que é o normal. É normal as pessoas chegarem ao trabalho e dizerem: «ontem aconteceu-me isto». (...) É normal eu falar com as pessoas com quem trabalho sobre a minha vida, não?

(E09 - Mafalda / 44 anos / feminino / cisgénero / bissexual)

Porém, Mafalda não deixa de reconhecer que nem sempre as outras pessoas apoiam o seu tipo de família, apesar de o tolerarem:

Sinto que há algum desconforto de alguns pais na turma dele, mas neste momento estamos numa fase que eu acho que é boa que é: as pessoas já têm algum prurido naquilo que deitam cá para fora. Por isso há desconforto, percebo, por exemplo, pelos convites de festas de anos. Não são muitos. Ainda por cima vínhamos de uma escola pequenina, era festas de anos quase todos os fins de semana.

(E09 - Mafalda / 44 anos / feminino / cisgénero / bissexual)

No entanto, duas situações bastante antecipadas pelos casais como momentos potencialmente desconfortáveis e, para alguns, discriminatórios, são as celebrações do dia da mãe e do dia do pai nas escolas, os formulários de identificação da criança com a menção ao nome da mãe e do pai (Saleiro, 2022) e as representações heteronormativas de família nos manuais escolares. Apesar das preocupações, os casais com filhas/os indicam existir bastante abertura por parte das escolas sobre a melhor forma de abordar o tema e que as situações de discriminação que raramente acontecem são imediatamente resolvidas por parte da escola. Por exemplo, o filho de Francisco^{E01} e Diogo^{E02}, adotado inicialmente por Francisco, há cerca de 4 anos e, após o casamento do casal, por Diogo, foi convidado a partilhar com as/os outras/os colegas como era a sua família:

Quando ele deu a família no primeiro ano contou a história à turma de como conheceu o Francisco, como é que me conheceu a mim, como é que ficou nosso filho, ao ponto de que, no ano a seguir, no segundo, e agora também no terceiro, foi chamado pelos professores do primeiro ano para dar o exemplo de outro tipo de família. E ele vai dar o seu testemunho às outras pessoas, mas, portanto, toda a gente sabe quem ele é e que ele tem dois pais.

(E02 - Diogo / 41 anos / masculino / cisgénero / homossexual)

Para além das questões que condicionam a antecipação parental anteriormente elencadas, algumas pessoas depararam-se com problemas legais que exigem uma grande reflexão e planeamento (Brown et al., 2009). A desproteção jurídica do progenitor não biológico, nos casos em que a filiação não é reconhecida pelo Estado, impõe a criação de mecanismos de proteção e legitimação social pelas famílias. Atualmente, a adoção por casais do mesmo sexo e a procriação medicamente assistida por casais de pessoas do sexo feminino são métodos de acesso à parentalidade regulamentados e aceites. No entanto, quem procurou estabelecer filiação em momento anterior à aprovação destas leis teve de o fazer à margem da legalidade. Mafalda^{E09} e a esposa foram ao estrangeiro para realizar o seu projeto parental antes de 2016 - ano em que se tornou possível recorrer à procriação medicamente assistida em Portugal – tendo previamente estabelecido formas de garantir o reconhecimento social de ambas como mães. Escutemos nas suas próprias palavras o que nos diz:

Na altura decidimos que a Maria seria a “mãe” e eu sou a “mommy”. Temos esses dois títulos (...). E decidimos que a mãe seria a Maria porque se estivéssemos numa situação em que o Dinis a chamasse, automaticamente a reconheceriam a ela. Eu como constava do cartão, automaticamente seria reconhecida, mas se ele a chamasse ela também seria reconhecida por eles. É esquisito falar nisso, são coisas que para um casal heterossexual não são questões, mas nós tentámos salvar ao máximo as situações exteriores que possam ser desconfortáveis, principalmente para o Dinis. Nós conseguimos defender.

(E09 - Mafalda / 44 anos / feminino / cisgénero / bissexual)

Na situação apresentada, as duas mães conseguiram, com a aprovação da lei que alargou o leque de beneficiários das técnicas de PMA a casais de mulheres², legitimar juridicamente a situação de filiação existente. No entanto, tal ainda não é possível para os casais de homens com filhas/os concebidos por gestação de substituição, tendo estes apenas como solução a adoção por parte do pai não biológico, a qual só é possível após um processo judicial em que o nome da gestante de substituição é eliminado do registo de filiação da criança. Os casais de homens entrevistados revelaram que este processo foi extremamente esgotante do ponto de vista emocional pois, para além de manter uma situação de indefinição legal na vida da criança e dos seus pais, pode ainda envolver uma investigação ao modo como decorreu o processo gestacional. Como explicaram os participantes, e no mesmo sentido de outras investigações (Berkowitz & Marsiglio, 2007), os processos de gestação de substituição são caracterizados por

² Lei n.º 17/2016, de 20 de junho, que alterou a Lei n.º 32/2006, de 26 de julho.

incerteza e insegurança jurídica, para além de serem dispendiosos a nível de tempo e dinheiro, configurando-se assim obstáculos à concretização do projeto parental. Um dos casais partilhou que não sabia as implicações legais do processo a que estava a recorrer e que temeu as suas consequências:

A questão aqui era que só posteriormente é que tomamos consciência disso, como nós estávamos a fazer aquilo em países que era legal pensávamos que não estávamos a cometer nenhuma ilegalidade. Só quando fui registar a criança é que percebi que a partir do momento em que a criança é nacionalizada portuguesa, eu estou a praticar um crime. Até a criança ser naturalizada, eu não estava a fazer nenhum crime. Já com o nosso outro filho, como ele nasceu em Portugal, nós já estávamos a cometer um crime desde o início.

(E08 - Paulo / 50 anos / masculino / cisgénero / homossexual)

Porém, apesar de os casais anteciparem uma maior exposição à discriminação decorrente da falta de legitimação jurídica de um dos progenitores, todos afirmam que existe uma grande compreensão por parte das pessoas com quem contactam e que não são criados obstáculos sociais à sua vida quotidiana em família. Nesse sentido, afirma Rúben^{E10}, pai de uma bebé nascida na Colômbia:

Na verdade, em Portugal, no dia-a-dia, nas instituições como creches, centro de saúde, as pessoas têm sido menos burocráticas do que eu pensava, não pedem a procuração específica. Eu consigo negociar muito conversando. Aqui na creche que eu inscrevi a minha filha eles pedem sempre o nome do pai e da mãe e eu conversei com eles sobre a nossa situação e que o nome está no cartão mas ela não é a mãe. E as pessoas acomodam-se sem burocratizar muito. Mas, por exemplo, na loja do cidadão e IRN³ é mais burocrático.

(E10 - Rúben / 35 anos / masculino / cisgénero / homossexual)

Os casais que adotaram ou pretendem adotar revelaram preocupações quanto à formação específica das/os técnicas/os com poder decisório no processo de adoção face a problemáticas LGBT+. Esta preocupação é igualmente sentida pelos próprios profissionais que participaram nos *focus group* do estudo de Gato et al. (2020), que mencionaram a falta ou inexistência de

³ Instituto dos Registos e do Notariado

formação específica e desconhecimento científico sobre questões de identidade sexual, relações e parentalidade LGBT+ e desenvolvimento das crianças no seio destas famílias.

A antecipação de situações de discriminação em razão da sua orientação sexual levou a que os casais estudassem mais profundamente o processo, por forma a poderem defender-se se fossem vítimas de situações discriminatórias, e criou receios sobre a forma como poderiam ser avaliados. O diálogo de Gabi^{E15} e Né^{E16}, que pretendem iniciar um processo de adoção quando completarem o requisito legal de duração da conjugalidade⁴, demonstra as reflexões que estes casais têm sobre a possibilidade de serem considerados menos aptos do que um casal heterossexual: *“E outro medo que tenho é o de sermos lésbicas, eu tenho uma preocupação relativamente ao sistema quanto aos casais homossexuais. (Né^{E16}); “Se houver um casal semelhante: as mesmas capacidades financeiras, o mesmo tempo de casados (...), será que o fator de desempate é a orientação sexual? Eu não tenho muito esse medo porque acho que isso não acontece.” (Gabi^{E15}).*

A antecipação da discriminação foi sentida por Francisco^{E01}, que iniciou o processo de adoção sozinho e só revelou a sua orientação sexual quando questionado sobre os seus relacionamentos amorosos por uma técnica, na última de nove entrevistas: *“(...) eu disse na última entrevista, quer dizer, eu nunca escondi, não é? Mas agora, é aquilo que estávamos a falar: eu não cheguei lá e falei logo abertamente”*. A situação de Francisco^{E01} e Diogo^{E02} é caricata pois, apesar de já terem um filho em comum, têm de esperar cumprir o número de anos de conjugalidade estabelecidos por lei (4 anos) para poderem iniciar um processo de adoção juntos. Francisco havia adotado o filho pouco tempo antes de conhecer Diogo e, após se casarem, Diogo adotou a criança, através de uma figura legal denominada “Adoção do filho do cônjuge”. Apesar de ser dispensada qualquer formalidade relativa à duração da conjugalidade para adotar a/o filha/o do cônjuge, só é possível para um casal adotar conjuntamente quando têm uma relação conjugal há, pelo menos, quatro anos, o que levou Diogo a iniciar um novo processo de adoção sozinho.

Enquanto Francisco não vivenciou nenhuma situação de discriminação no processo de adoção, Diogo recorda o momento em que a técnica o questionou sobre os papéis de género do

⁴ Nos termos do n.º 1 do artigo 1979.º do Código Civil “podem adotar duas pessoas casadas há mais de quatro anos e não separadas judicialmente de pessoas e bens ou de facto, se ambas tiverem mais de 25 anos”, sendo que, nos termos do n.º 4, o período de vivência em união de facto imediatamente anterior à celebração do casamento revela para efeitos da contagem do prazo.

casal, sugerindo que deveria haver um membro do casal a assumir o papel de género associado à mãe e o outro associado ao pai:

Das primeiras perguntas que me faz, e aqui está a parte da discriminação, é: qual de vocês é mais mãe e qual de vocês é mais pai? Ao que eu questiono: não estou a perceber a pergunta. E ela diz: Qual de vocês é mais afetuoso e qual de vocês é mais disciplinador?. E eu questioneei na mesma: continuo sem perceber a pergunta, somos 2 pais, ponto. Como se a regra fosse a mãe ser mais afetuosa e o pai mais disciplinador. E aqui está o preconceito. Do papel de género que existe na sociedade.

(E02 - Diogo / 41 anos / masculino / cisgénero / homossexual)

Este relato evidencia como ainda são marcantes e basilares na conceção de família, mesmo por parte de profissionais na área da família, os papéis tradicionais de género associados à mulher, com um papel expressivo no seio familiar, e ao homem, com um papel instrumental (Maciel, 2021). A crença de que as competências de dois progenitores diferem consoante o género e que são mutuamente exclusivas foi igualmente apontada no estudo de Gato et al. (2020) como uma das formas de preconceito demonstrado por alguns dos profissionais da área da adoção.

3.2. Contextos pessoais, sociais e económicos no acesso à parentalidade

Tal como em outras investigações sobre os desejos e intenções para a parentalidade LGBT+ (Bos et al., 2003), o presente estudo revela que as motivações para a parentalidade não têm, na sua maioria, relação com a orientação sexual ou identidade de género.

A generalidade das/os participantes refere que sempre quis ser mãe/pai, vendo a parentalidade como um **sonho pessoal**. Estas/es participantes afirmaram que o facto de estarem numa relação amorosa nunca foi um fator determinante para a sua intenção de serem mães/pais, pelo que abraçariam um projeto parental sozinhas/os caso não encontrassem um(a) parceira/o no momento certo. Estes resultados vão no mesmo sentido de outras investigações com população LGB, como é o caso dos trabalhos de Gato et al. (2019) e de Costa e Bidell (2017), nos quais os autores mostram como o estatuto relacional não é um preditor dos desejos e intenções parentais. Também na nossa pesquisa foi comum as/os participantes terem já delineado o método através do qual gostariam de ter filhas/os em altura muito anterior àquela

em que decidem ser mães/pais, como por exemplo Francisco^{E01}: “*Eu toda a vida quis ser pai e toda a vida quis ser pai pela via da adoção. Antes até de se colocar a questão da orientação sexual, portanto, uma coisa não teve nada a ver com a outra.*”.

Outras/os participantes indicaram que a sua motivação para a parentalidade partiu da **vontade de possibilitar a concretização do sonho da/o companheira/o** ser mãe/pai, conforme outros estudos haviam já mencionado (Gato et al., 2016; Goldberg et al., 2012). Foi o caso do marido de Rúben^{E10}, que só começou a pensar em parentalidade quando Rúben demonstrou ter um grande desejo de ser pai: “*A motivação dele... ele queria ser pai, mas tinha medo, ele nem pensava nisso. Acho que ser um homem gay ceifa muito o sonho da parentalidade*”. Para alguns participantes do género masculino da presente investigação, e à semelhança do retratado nos estudos de Berkowitz e Marsiglio (2007), Brinamen e Mitchell (2008) e Malmquist et al. (2021), desejos e intenções de parentalidade mais tardios ou inferiores aos do companheiro relacionavam-se com a internalização de que a paternidade não era acessível a homens gay, pelo que a possibilidade havia sido descartada durante muitos anos.

Apesar de vários casais terem adotado ou pretenderem adotar no futuro, apenas alguns consideram esse método como o único que desejam utilizar ou como o utilizado para ter a/o primeira/o filha/o. Por exemplo, Ana^{E04} expõe o seguinte:

Inicialmente o nosso plano era adotar primeiro e ter um filho biológico a seguir. Depois começámos a informar-nos e para adotarmos temos que estar há pelo menos 4 anos em união de facto ou casadas. Não tínhamos ainda, portanto, decidimos logo à partida casar para acelerar o processo e para conseguirmos acabar os 4 anos o mais cedo possível e avançámos para a gestação porque a Lina já tinha 34 e eu não quero gestar.

(E04 - Ana / 31 anos / feminino / cisgénero / bissexual)

No caso deste casal, foram os obstáculos legais que impossibilitaram o desejo de serem mães pela adoção pois não cumpriam os requisitos estipulados na lei⁵. Já Rúben^{E10} e o marido tiveram uma experiência diferente pois, apesar de terem iniciado dois processos de adoção em diferentes países estrangeiros, a burocracia e os tempos longos de espera acabaram por frustrar os seus planos:

⁵ Cf. Nota de rodapé 4.

Muitas pessoas querem ter um filho com o vínculo biológico, mas para nós nunca foi uma questão e sempre estivemos muito acostumados com a ideia da adoção. Frustrámo-nos muito com o processo de adoção na Suécia. Acho que em todos os países da Europa, há muito poucas crianças. (...) Há sete anos começámos um processo de adoção no Brasil e no mês passado recebemos um e-mail de que tínhamos entrado na fila para a adoção. (...) A gente começou a pensar na maternidade de substituição diante de uma frustração com o sistema de adoção.

(E10 - Rúben / 35 anos / masculino / cisgénero / homossexual)

A **vontade de ter uma relação biológica/genética** é um dos principais fatores que levou as/os participantes a optar ou querer optar pela utilização de métodos de inseminação/fertilização, tais como a PMA e a gestação de substituição para aceder à parentalidade. Em ambos os métodos, está sempre subjacente uma decisão sobre a quem irá pertencer o material genético e, no caso dos casais de mulheres ou pessoas não binárias do sexo feminino, sobre quem será a gestante. Ao contrário do que se verificou em investigações anteriores com pessoas de minorias de género, especialmente com pessoas trans (Charter et al., 2018; Ellis et al., 2015), as pessoas não binárias do sexo feminino da nossa investigação não viam qualquer contradição entre a sua identidade de género e a gestação, não tendo experienciado conflitos internos a esse respeito, revelando que a escolha da gestante é influenciada por outros fatores, tais como a realização de um sonho pessoal ou o desejo de transmitir valores. Num dos casais, constituído por uma mulher e uma pessoa não binária, será a pessoa não binária a gestar.

Quanto à decisão sobre o material genético utilizado, todas as mulheres optaram pela escolha de um dador anónimo. Alguns casais optaram ou pretendem optar pela realização do método ROPA (Reception of Oocytes from Partner), também conhecido como maternidade partilhada, no qual é o material genético da mãe não gestante que irá ser utilizado para criação do embrião. Este procedimento de fertilização *in vitro* tem-se tornado bastante atrativo para casais do sexo feminino pois possibilita a ambas as mães a participação no processo de gravidez, contribuindo para uma maior igualdade na experiência parental (Shaw et al., 2023). Ao ser questionada sobre a preferência pelo método ROPA, Sara^{E14} esclareceu: “*Acho que a nível biológico há aquele medo de que se for por inseminação artificial eu não consiga criar um vínculo com a criança, laços, quase não me identificar. Há esse receio, da parte da Rafa também.*”

O **desejo de transmitir valores e criar uma criança num lar de amor** foi frequentemente mencionado como uma das principais motivações das/os participantes para a parentalidade. Rita^{E18} revela que “*a motivação é poder trazer alguém a este mundo e trazer um bom ser humano e ensiná-lo da forma como eu acho que todas as pessoas deviam ser*” e, em sentido convergente, Rafa^{E13} diz:

Acho que sempre houve a vontade de transmitir o que já aprendi a alguém. Mesmo o criar, o transmitir os valores, o que já passei e aprendi. Há sempre uma parte minha que, quando passa por dificuldades, associa isso a passar essa informação do que eu aprendi, tento perceber como cheguei aqui para poder passar isto.

(E13 - Rafa / 30 anos / não binário / pansexual)

A média de idades a que as/os participantes tiveram a/o primeira/o filha/o foi 37 anos (média de 34 anos no caso das mulheres vs. 40 anos nos homens), uma idade bastante superior à idade média nacional das mães ao nascimento da/o primeira/o filha/o que, no ano de 2022, era de 30,8 anos⁶. Alguns fatores contribuem para a idade mais tardia no acesso à parentalidade por parte destes casais.

Desde logo, as questões relacionadas com a fecundidade não são, por norma, uma questão para os casais de dois homens cisgénero nem para os casais que pretendem adotar, pelo que não há uma urgência biológica para ter a/o primeira/o filha/o. Já para as mulheres ou pessoas não binárias do sexo feminino, a questão da idade é muito importante na decisão de quando ter filhas/os:

Decidimos que esse era o investimento prioritário a fazer [PMA]. Até porque nós tínhamos plano de comprar casa, e adiámos a compra da casa exatamente por isso, porque achamos que aquele dinheiro é... biologicamente nós temos timing, não é?

(E17 - Cristina / 36 anos / feminino / cisgénero / bissexual)

Uma das causas mais mencionadas para o adiamento da parentalidade foi a **exigência financeira do processo**, nomeadamente a gestação de substituição, o que impossibilita que pessoas de classes sociais inferiores e menos privilegiadas possam realizar o sonho de ser pai através deste método reprodutivo (Berkowitz & Marsiglio, 2007).

⁶ <https://www.pordata.pt/portugal/idade+media+da+mae+ao+nascimento+do+primeiro+filho-805>

Frederico^{E07}, recordando os valores gastos no processo que levou ao nascimento do seu primeiro filho, afirma: “*acho que foram 67.000 euros. Mas depois havia sempre mais umas despesas, eu diria 77 mil e tal. Mais as despesas de alojamento e viagens...*”. Rúben^{E10}, que acabou por ter uma filha recorrendo à gestação de substituição, afirma que inicialmente não ponderou essa possibilidade: “*Quando fomos fazer a pesquisa na época, especialmente pelo aspeto financeiro, era também uma coisa impossível para nós na época.*”. A questão financeira pode ser um fator significativo para os homens acederem mais tarde à parentalidade, pois as condições de vida necessárias a um investimento tão grande estão, normalmente, reunidas em fases mais tardias da vida.

Apesar da procriação medicamente assistida acarretar custos, as participantes não viram o dinheiro dos procedimentos como um entrave ao acesso à parentalidade. Segundo as suas experiências, as técnicas de inseminação artificial rondam entre os 1.500€ e os 2.500€ e as de fertilização *in vitro* entre os 5.000€ e os 7.500€. No entanto, afirma Melissa^{E06} que “*o que acabou por acontecer é que devemos ter gasto para aí 10.000€. Depois é sempre mais isto e mais isto, e agora toma mais essas vitaminas e agora toma mais não sei quê, e agora tu fazes estas análises...*”, revelando que, apesar de haver informação suficiente sobre os preços dos procedimentos, acabam por existir vários custos não previsíveis.

Talvez mais significativo do que os fatores agora apontados, é a questão do **tempo** associado aos processos que mais contribui para a idade a que estes casais se tornaram mães/pais. Apesar de três casais terem conseguido aceder à parentalidade num período de tempo bastante curto (Mafalda^{E09} e a esposa, assim como Lina^{E03} e Ana^{E04}, conseguiram engravidar à primeira tentativa; a filha de Rúben^{E10} nasceu 13 meses após a doação de esperma), alguns casais partilharam grandes frustrações relacionadas com longos tempos de espera. Por exemplo, Melissa^{E06} partilha que não esperava um processo tão longo e exigente a nível de disponibilidade – o seu testemunho é longo e esclarecedor:

Todo o processo é penoso e para isso nós não estávamos preparadas. Para além da medicação toda que tive de tomar para no dia em que fazem a implantação (que também é um processo um bocado doloroso, chato) depois tenho que ficar 10 dias sem poder fazer exercício físico, naquela ânsia de saber se fiquei ou não grávida. (...) Da primeira vez foi tranquilo, mas passar por aquilo tudo pela segunda vez. Depois aquilo são ecografias tipo de 3 em 3 dias, vives mesmo muito intensamente, não dá para teres muita vida além disto (...) Depois quando o segundo também deu negativo, deitou-nos

mesmo a baixo. Nós não esperávamos nada na realidade, pois não tínhamos informação.

(E06 - Melissa / 30 anos / feminino / cisgênero / bissexual)

A **falta de informação disponível** e as poucas referências de pessoas que passaram pela mesma situação fez com que os casais tivessem de alterar os seus planos ao serem confrontados com alguns problemas. Foi o caso de Cristina^{E17} e Rita^{E18}, que acreditavam conseguir realizar o seu sonho de forma rápida e com baixos custos financeiros, pelo sistema de saúde público, mas perceberam que iria demorar demasiado tempo. Atualmente ainda estão à espera de engravidar:

Começámos a fazer alguma coisa por isso há dois anos, quando nos inscrevemos no público para fazer PMA. Depois percebemos que era tudo muito lento porque desde a inscrição até nos chamarem passaram quase 6 meses e percebemos que a primeira consulta não era o entrar em lista de espera. (...) Por isso desistimos de esperar pelo público, não no sentido de pararmos o processo, mas tentar pelo privado devido à nossa idade. Sabíamos que não queríamos ser mães aos 40. Começámos a tentar no privado há um ano, não sabíamos é que apesar de ser tudo muito rápido no privado, a parte burocrática e clínica é rápido, mas biologicamente não pensávamos que íamos encontrar tantos contratempos. Já fazemos há um ano e ainda não conseguimos.

(E17 - Cristina / 36 anos / feminino / cisgênero / bissexual)

O tempo de espera mais longo foi relatado pelo casal Frederico^{E07} e Paulo^{E08}, que estiveram cerca de dez anos à espera de serem pais, o que atrasou bastante os seus planos parentais: “faz-me impressão pensar que não os vou acompanhar até muito tarde. Se chegar aos 80, eles vão ter 30.” (Frederico^{E07}). Este participante, questionado sobre a forma como geriu as expectativas afirma:

Durante aquele processo de todos aqueles anos, emocionalmente é um desgaste porque não sabes como vai correr, não te dizem, e é uma vez, depois outra. A certa altura tentei não dar importância, se não acontecer não acontece, se acontecer vai ser maravilhoso.

(E07 - Frederico / 54 anos / masculino / cisgênero / homossexual)

Também Francisco^{E01}, que esperou três anos pela chegada do seu filho, realça a dificuldade em lidar com a indeterminação da concretização do seu projeto parental:

A gestão da expectativa é, de facto, a parte mais complexa porque é um projeto de uma vida. Quando é que vai acontecer, como é que vai acontecer, como é que será? (...) Eu sabia que havia uma enorme probabilidade da criança já existir, não é? E, portanto, pensava muitas vezes, como é que será, o que terá vestido, será que jantou, será que está na escola...? E, portanto, essa expectativa é difícil. (...) Há aqui uma tendência para pões a tua vida em suspenso. (...) Acho que uma das coisas mais inteligentes que eu fiz foi não pôr a minha vida em suspenso e quando acontecer logo se vê como é que se gere a vida. E acho que isso me ajudou muito.

(E01 - Francisco / 42 anos / masculino / cisgénero / homossexual)

3.3. Redes de suporte, projeto parental e vida familiar

As redes de suporte dos casais revelaram-se fundamentais para a construção dos seus projetos parentais, já que as experiências positivas ou negativas destas redes influenciam a forma como os indivíduos se percebem e antecipam a sua figura parental.

A **família de origem** foi, sem dúvida, a rede mais explorada no discurso das/os participantes, especialmente no discurso das/os que não foram aceites quando revelaram a sua orientação sexual. De facto, como explica Saleiro (2022) “a família permanece a esfera da vida menos permeável às orientações sexuais, identidade e expressão de género e características sexuais não normativas”. O processo de *coming out* de várias/os participantes para com a família foi bastante duro e desafiante, criando feridas que muitas/os dizem serem difíceis de sarar. Como explicam Ryan et al. (2015), as reações negativas de pessoas significativas face ao *coming out* têm impactos fortes e prolongados no bem-estar dos indivíduos. Leo^{E20}, recordando a reação do pai ao seu *coming out*, afirma:

Ele é muito conservador, acha que não faz sentido nenhum, é errado, é um nojo, não é uma coisa para se aceitar. Não havia espaço para comunicar ou conversar... às vezes as pessoas não aceitam, mas respeitam. Mas nós não tínhamos muito essa ligação familiar.

(E20 - Leo / 30 anos / não binário / homossexual)

O preconceito e a intolerância quanto à orientação sexual por parte dos progenitores também estão presentes no discurso de Rita^{E18} que partilhou com os pais a sua orientação sexual

aos 16 anos: *“Foi muito mau no sentido em que achavam que era uma doença, meteram-me em psicólogos, ameaçaram meter-me num colégio interno.”*

Muitas/os participantes explicaram que uma das grandes preocupações dos progenitores, à época, foi o que as/os outras/os pessoas poderiam achar e as consequências que o preconceito da sociedade poderia ter nas suas vidas. Foi o caso de Diana^{E05}, que partilhou: *“Quando fiz o coming out para a família, a minha mãe disse: «Só gostava que pudesses ter uma vida mais fácil»”* e de Diogo^{E02}, cuja mãe lhe pediu para não revelar a sua orientação sexual a ninguém da família: *“quando contei foi um choque. Ela [mãe] pediu para não contar à família, «o que é que a família vai achar?»». Ao resto da família eu só contei mesmo quando conheci o Francisco, basicamente, portanto, há 4 anos atrás”*.

As trajetórias de vida que se seguem a este momento de não aceitação da orientação sexual foram distintas para os indivíduos. Alguns afirmam que a relação com a família de origem foi melhorando, existindo uma progressiva aceitação até ao momento atual de plena normalidade. Para outros, ainda persistem formas de discriminação no seio familiar.

Várias/os participantes revelaram sentir que a família de origem desvalorizava os seus relacionamentos amorosos ao invisibilizar o relacionamento perante a sociedade. Cristina^{E17} contou que:

Para o irmão [de Rita] eles tratam a namorada e apresentam-na como nora, a mim apresentam-me como amiga ou colega de casa. Sim, sinto uma discriminação gigante. Uma é apresentada com orgulho, eu namoro há quatro anos e sou alvo de vergonha. Cheguei a estar escondida no quarto para não ser identificada.

(E17 - Cristina / 36 anos / feminino / cisgénero / bissexual)

Mesmo no seio da própria família, as/os participantes demonstraram sentir que a sua relação é menosprezada e é tratada com desigualdade face a relações heterossexuais:

É diferente o tratamento. É como se fosse duas amigas irem morar juntas. Muitas vezes não somos vistas como casal, esposa e esposa, duas pessoas que estão juntas e têm responsabilidades juntas e cresceram. A sensação é que muitas vezes não somos levadas a sério enquanto casadas.

(E16 - Né / 24 anos / não binário / homossexual)

Também Rúben^{E10}, falando sobre o processo de gestação de substituição, recorda o pouco suporte familiar sentido pelo casal: *“Eu tinha o exemplo do meu irmão, o apoio durante a gravidez foi muito diferente. Conosco não perguntavam, não queriam saber, era o elefante branco na sala. Da parte dele [família do marido] também tivemos menos apoio do que esperávamos.”*

Os indivíduos sem filhas/os que não foram apoiados pela família durante o processo de *coming out* revelaram uma maior incerteza quanto à presença da família de origem no crescimento das/os suas/seus filhas/os. Houve participantes que assumiram que a decisão de ser mãe/pai foi influenciada pela antecipação de suporte familiar, mas, coincidentemente com os resultados de Costa e Bidell (2017), esse fator não se revelou determinante no desejo e intenção de ser mãe/pai:

Acho que o meu pai vai ser super prestável e presente e saber se pode ajudar de todas as formas. A minha mãe não sei. Houve uma altura em que pensei nisto: quanto é que isto influencia a minha decisão? E eu sei que se os meus pais, os dois, não tivessem uma posição de apoio, eu acho que seria muito mais difícil para mim. Ter este conforto de o meu pai estar lá, isso é muito reconfortante, é uma rede de segurança.

(E20 - Leo / 30 anos / não binário / homossexual)

Outras/os participantes não sabem se vão contar com as famílias de origem como rede de suporte, mas, apesar da mágoa que sentem pela família não aceitar a sua orientação sexual, os casais demonstram-se resilientes e preparados para criar filhas/os sem o apoio dos familiares, sendo disso ilustrativo o relato de Rita^{E18}:

Nesta altura do campeonato já não quero saber muito o que é que eles pensam ou deixam de pensar. Eles é que vão ter que respeitar, se quiserem conhecer o neto, ótimo, se não quiserem conhecer o neto o problema já é deles. Não vou estar a pensar muito nisso nem vou deixar de fazer mais nada na minha vida, coisas que eu quero, pelos outros.

(E18 - Rita / 36 anos / feminino / cisgénero / homossexual)

Os relatos destas participantes contrastam com os de outras/os, que antecipam um suporte familiar positivo. Estas/es últimas/os tiveram experiências de *coming out* caracterizadas por uma maior aceitação ou por um esforço significativo da família em compreender e aceitar

a sua orientação sexual. Gustavo^{E12} demonstra incerteza quanto ao suporte dos pais, mas sabe que terá apoio familiar de outros membros das respectivas famílias de origem do casal:

Da minha parte não sei, eu espero que os meus pais sejam presentes. Eles são muito presentes na vida dos meus sobrinhos todos e dos meus irmãos, por isso eu espero que uma criança venha facilitar o processo de adaptação. Se não acontecer, a minha vida continuará de outra forma, tenho a família do Pedro que é super próxima, a mãe do Pedro é mãe dos dois, mãe de casal, é espetacular. Tenho o suporte dos meus irmãos, não tenho dúvida nenhuma, vou poder contar sempre com eles, mesmo contra os meus pais. E tenho mais família que sim.

(E12 - Gustavo / 31 anos / masculino / cisgênero / homossexual)

Relativamente ao suporte familiar experienciado pelos casais que já são mães/pais, o mesmo é caracterizado como sendo positivo na generalidade dos casos, sendo marcado pela presença regular das/os avós da criança, que fornecem suporte emocional e logístico ao casal. Para os casais que foram aceites pela família quando fizeram o seu *coming out* na adolescência ou início da idade adulta, a questão do suporte familiar foi pouco desenvolvida, já que estes casais sempre tiveram como garantida a presença e apoio das/os suas/seus familiares no crescimento das/os filhas/os.

Já os casais em que um ou ambos os indivíduos adiaram o *coming out* para um momento mais tardio da vida, nomeadamente para o momento em que se tornam mães/pais, procuraram desenvolver mais a temática, já que existia alguma incerteza quanto à reação da família. Francisco^{E01} conta como é o suporte familiar do casal e a forma como as suas famílias acolheram o filho:

Em particular do lado de Diogo foi um acolhimento fabuloso da família. A partir do momento em que ele decidiu fazer o coming out para toda a gente, acho que isso nos trouxe uma fantástica relação com aquelas pessoas. Eu senti-me muitíssimo acolhido e bem recebido do lado da família do Diogo. Não tenho nenhuma razão de queixa e acho que ele também não.

(E01 - Francisco / 42 anos / masculino / cisgênero / homossexual)

Tal como Diogo^{E02}, que só assumiu plenamente a sua orientação sexual com a chegada do filho, também Paulo^{E08} só contou à família que era homossexual quando nasceu o seu primeiro filho:

O Paulo só fez o seu coming out porque nasceu o bebé. Eu andava por ali, sempre me trataram bem, eu ia lá almoçar na Páscoa. Eu era assim um amigo especial. Quando nasceu a criança, o Paulo teve uma conversa com eles e explicou tudo. Eles não sabiam que o Paulo era homossexual, quer dizer, o pai desconfiava. Rapidamente eles quiseram estar com o miúdo e ficaram felizes por ter aquele miúdo.

(E08 - Paulo / 50 anos / masculino / cisgénero / homossexual)

De forma distinta, Rúben^{E10} recorda a resistência da família durante o processo de adoção que o casal iniciou e durante o processo de gestação de substituição, explicando que o apoio só surgiu com o nascimento da filha:

Não tivemos apoio da nossa família durante todo o processo. No processo de adoção sempre ouvíamos argumentos da família tipo: «mas vocês nem sabem quem vão adotar, pode vir cheio de problemas...» aqueles argumento tipo. E na maternidade de substituição, era uma coisa tão distante, que nós sentimos que as pessoas só nos começaram a apoiar com o nascimento dela [filha].

(E10 - Rúben / 35 anos / masculino / cisgénero / homossexual)

Este testemunho vai ao encontro do resultado dos estudos de Bergman et al. (2010), Brown et al. (2009) e Costa et al. (2020), em que, apesar de uma reação inicial negativa à decisão de ser mãe/pai por parte da família de origem, os casais acabaram por receber o suporte familiar que não antecipavam, o qual se intensificou após a chegada da criança.

Uma outra rede de suporte antecipada e existente na vida dos casais são as **famílias LGBT+**. As/os participantes referiram considerar muito importante que as crianças possam ter contacto com outras crianças filhas de casais LGBT+ e que os próprios casais pudessem ter esse apoio para ter diálogos e desenvolver estratégias específicas para lidar com situações relacionadas com a sua constituição familiar. Mafalda^{E09} explica como um casal de amigas com filhas/os ajuda o casal a refletir sobre temas que vão surgindo no seu dia-a-dia:

Ainda esta semana foi posto no Facebook de uma delas que o filho mais novo perguntou «porque é que eu não tenho um pai e tenho duas mães?». E uma delas teve dificuldade de responder e disse «porque nós somos diferentes». E nós todas dissemos «não, não digas a palavra diferente, diferente tem uma conotação negativa», tens de dizer «olha, há quem tenha um pai que faz isto isto e isto, mas tu tens uma mãe que faz isto isto e isto». A parte positiva da vida dele, «vê que tens duas mães que conseguem fazer isto,

que bom!». As famílias são todas diferentes. (...) Esse grupo de amigas traz essas questões e fazemos um bocadinho de entreaajuda.

(E09 - Mafalda / 44 anos / feminino / cisgénero / bissexual)

Sara^{E14} afirma que a parentalidade poderá ser uma oportunidade para fazer novas/os amigas/os LGBT+ que estejam a viver uma fase semelhante à do casal: *“Mas isso das crianças é algo que me faz sentir que posso conhecer e conviver com outras pessoas, contactar com outras famílias LGBT, procurar esse apoio. Não sinto que seja retirar essa parte social, pelo contrário.”*

Esta rede de suporte estende-se a outras pessoas LGBT+ que queiram ter filhas/os, uma vez que as/os participantes esperam ainda poder ser um exemplo para outras pessoas da **comunidade LGBT+** que queiram abraçar o projeto parental. Para tal, várias/os participantes partilham as suas experiências em redes sociais ou páginas da internet e pertencem a grupos que promovem encontros e partilhas de experiências sobre projetos de parentalidade e vidas familiares LGBT+, fornecendo figuras de referência que durante muito tempo não estiveram acessíveis (Brown et al., 2009). No entanto, é de realçar que nenhum dos casais procurou suporte da comunidade LGBT+ no processo de transição para a parentalidade e poucos revelaram ter/ter tido experiências de ativismo ou associativismo LGBT+.

A rede de **amigas/os** é também uma importante fonte de apoio para as pessoas LGBT+, quer durante o processo de *coming out*, como na transição para a parentalidade e quotidiano familiar, sendo que os casais que experienciaram menores níveis de suporte familiar recorreram mais a esta rede de apoio durante todas as fases de vida. A aceitação da orientação sexual pelas/os amigas/os foi, no geral, mais comum do que a aceitação pela família, mas verificou-se que alguns indivíduos viveram situações de preconceito por parte de amigas/os heterossexuais. Por exemplo, Cristina^{E17} partilha que as/os amigas/os demoraram algum tempo a aceitar que ela tivesse relacionamentos com mulheres pois esperavam que fosse apenas uma fase, desvalorizando a sua orientação sexual. Esta é uma atitude comum de discriminação para com as pessoas bissexuais (Callis, 2013) ou plurissexuais (Manley et al., 2018):

Quando comecei a aparecer com mulheres também aceitavam, nunca disseram nada, mas também não levavam a relação a sério e não faziam qualquer esforço por interagir com a parceira com quem eu estava. A Rita, por exemplo, que é a minha relação mais longa de todas até hoje, os meus amigos hétero de há 20 anos, só começaram a falar mais com ela, interagir, conversar, brincar com ela e serem mais próximos e íntimos

talvez nos últimos 2 anos. (...) Era aquele socializar politicamente correto, com o seu afastamento. Deviam achar que aquilo ia passar. Era um devaneio e eu eventualmente havia de mudar de ideias. E até perceberem que a nossa relação é efetivamente séria, tão estável e válida como a deles demorou algum tempo.

(E17 - Cristina / 36 anos / feminino / cisgênero / bissexual)

As **relações laborais** também foram mencionadas como rede de suporte por várias/os participantes, que revelaram não ter sentido qualquer tipo de preconceito em contexto de trabalho. O mesmo resultado havia sido reportado por Dinis (2015) num estudo que explorou a homofobia nas organizações, em que se constatou que as experiências de discriminação sentidas pelas/os participantes foram raras. A importância do suporte por parte das chefias e das/os colegas foi mais evidente nos dois casais que recorreram à gestação de substituição, uma vez que existiu uma grande tolerância e ajuda dos organismos para os quais estes homens trabalhavam para que pudessem gozar de algum tempo em casa com a criança. Considerando que na gestação de substituição apenas um dos pais tem direito a licença de paternidade, a qual é bastante inferior à concedida às mães, estes casais têm bastante dificuldade em acompanhar os primeiros meses de vida das/os filhas/os. Frederico^{E07} recorda o apoio que sentiu por parte das/os colegas de trabalho:

Eu só podia pedir a licença de paternidade depois de resolver o processo todo de ter a custódia dele. Se não, só tinha direito aos primeiros 15 dias. E eu partilhei isto com os meus colegas e eles foram extraordinários e decidiram unanimemente não me atribuir serviço docente. A própria escola protegeu-me, foi uma decisão interna da escola.

(E07 - Frederico / 54 anos / masculino / cisgênero / homossexual)

3.4. Quotidiano familiar: divisão do trabalho doméstico e das responsabilidades parentais

A comunicação e a entajuda surgem como elementos fundamentais ao bom funcionamento familiar por parte de todas/os as/os participantes, o que vai ao encontro da literatura que reconhece maiores níveis de sincronicidade aos casais LGBT+ em vários níveis da vida conjugal e familiar (Bos et al., 2004). Os casais revelaram a importância da compreensão mútua, especialmente na primeira fase de vida da criança, para o seu bem-estar

emocional, a qual só é possível através da partilha sincera das necessidades individuais. Melissa^{E06}, sobre a divisão das tarefas de cuidado da/o bebé, diz:

Efetivamente tem que haver uma relação forte na base e tem que haver muita comunicação, porque eu acho que ter um filho traz ao de cima o pior de cada pessoa. Porque quando tu não dormes, tens ali alguém sempre a drenar a tua energia, tem muitas coisas boas, mas é muito cansativo e muito puxado. (...) Ficas sem paciência e acho que é muito importante também esta comunicação para saberes comunicar necessidades como: preciso mesmo disto, preciso mesmo daquilo, isto agora não está a funcionar para mim, vamos tentar de outra forma..

(E06 - Melissa / 30 anos / feminino / cisgénero / bissexual)

Esta comunicação aberta permite uma fluidez na divisão do trabalho doméstico e responsabilidades parentais. Os casais partilharam que algumas tarefas estavam mais ligadas a um dos indivíduos: por um lado, por questões biológicas, como a amamentação pela mãe gestante; por outro, por questão de preferências pessoais, como no caso de Diogo^{E02}, que acompanha mais o filho na prática desportiva: “*ao judo vou eu normalmente ao sábado porque como pratiquei durante muitos anos alta competição, ficou muito associada esta atividade desportiva a mim*”. No entanto, todas as restantes tarefas são adaptadas tanto às circunstâncias do dia-a-dia que, por vezes, não são previsíveis, como também às diferentes fases de vida da família, o que converge com o resultado do estudo de Nico e Rodrigues (2011), em que os casais participantes revelaram que a atribuição de papéis domésticos tem “potencial rotativo, reversível e negociável” (p.113).

A conciliação da vida familiar com a vida profissional e social exige dos casais um trabalho de equipa, sendo notório que os casais procuram que a divisão das tarefas familiares seja feita de uma maneira justa, por forma a não sobrecarregar mais um progenitor do que outro. Mafalda^{E09} explica que o casal tentou, desde o nascimento da criança, que todas as tarefas fossem partilhadas por ambas as mães, sem que uma fosse mais responsável por determinada tarefa do que a outra. E acrescenta: “*Ainda hoje as tarefas são organizadas de acordo com os nossos horários e tentamos que não seja nem tudo só uma, nem tudo só a outra. Algum equilíbrio.*”. Por oposição à assimetria no trabalho doméstico e de cuidado das crianças entre casais heterossexuais reportada por vários estudos (Perista et al., 2016; Torres et al., 2018), a maioria das investigações com casais compostos por pessoas do mesmo sexo revela que estes

casais dividem as tarefas de forma mais igualitária (Bos et al., 2004; Fulcher et al., 2008; Nico & Rodrigues, 2011).

A igualdade também é procurada na tomada de decisões sobre a vida da criança, demonstrando que os casais se afastam de um padrão mais tradicional em que um progenitor é o disciplinador e o outro o responsável pelo suporte emocional. O relato de Francisco^{E01} é bem ilustrador desta ideia:

Há uma regra de ouro cá em casa que é: não se desautoriza. Se não concordares engoles o sapo, mas à frente dele não dizes nada. Depois conversamos os dois, mas naquele momento já está, já está. Ninguém desautoriza ninguém cá em casa. A palavra de um, não vale mais do que a do outro.

(E01 - Francisco / 42 anos / masculino / cisgénero / homossexual)

Este excerto demonstra ainda o esforço por transmitir à criança uma perspetiva alinhada dos dois progenitores, evitando que a criança se sinta confusa em situações de entendimentos divergentes.

O quotidiano da família não está centrado apenas na família nuclear: os casais salientam a importância das suas redes de apoio na logística familiar, as quais possibilitam que o casal continue a ter momentos seus, podendo investir na sua esfera íntima, social e profissional. Para além do recurso a apoio externo contratado para realização de tarefas domésticas e/ou de cuidado às/aos filhas/os, só referenciado por dois casais, o papel da **família de origem**, nomeadamente das/os avós das crianças, foi evidenciado por várias/os participantes como essencial para gerir outros compromissos dos casais. Para Diana^{E05} e Melissa^{E06}, um casal ainda bastante jovem com uma filha pequena, foi fundamental manter as relações com as/os amigas/os, muitos dos quais não têm filhas/os, sendo as/os avós da criança que permitem que a vida social seja facilitada:

Nós vamos sair, depois vimos já tarde, não é? De manhã quando ela acorda vamos lá ter com ela. Eles [avós] ficam contentes, nós ficamos contentes, a bebé fica contente. Toda a gente fica contente. E também é assim que acabamos por conseguir ter tempo para estar com os nossos amigos.

(E06 - Melissa / 30 anos / feminino / cisgénero / bissexual)

As/os **amigas/os** mais próximas/os são também um facilitador do quotidiano familiar, conforme ilustrado pela afirmação de Diogo^{E02} sobre a sua rede: “Nós precisarmos, ligamos a

alguém”. A ajuda destas/es amigas/os permite aos casais gerirem melhor as suas responsabilidades extrafamiliares. No fundo, o suporte destas pessoas é tão importante para os casais que estes consideram algumas/ns amigas/os como sendo a sua família:

Tirando a minha mãe, há assim uma pessoa que ajuda muito, o meu melhor amigo. Às vezes até fazemos graça que é o terceiro pai. Imagina, quando nós precisamos de ir a um lado qualquer de urgência lá vem ele. Janta muitas vezes lá em casa e é família mesmo, ocupa o papel de tio. E depois temos um casal amigo de duas mulheres que também nos ajuda. A esta hora o meu amigo está com eles.”

(E07 - Frederico / 54 anos / masculino / cisgénero / homossexual)

Este resultado é convergente com alguns estudos que salientam que as pessoas LGBT+ tendem a considerar "família" mais indivíduos do que apenas as pessoas com quem têm ligações de sangue, apresentando conceitos mais abstratos e expansivos do que é uma família (Hull & Ortyl, 2019), tendência que se foi alargando aos restantes indivíduos nas sociedades modernas (Carvalho & Casimiro, 2023; Wall & Gouveia 2014).

CONCLUSÕES

Este estudo pretendeu conhecer a antecipação e a experiência parental de casais de minorias sexuais e de género, focando-se no impacto que stressores como a discriminação, a antecipação e internalização do estigma podem ter nas suas representações e práticas, assim como compreender a importância do suporte familiar, social e institucional. Por outro lado, procurou-se conhecer o quotidiano destas famílias no que toca à divisão das tarefas domésticas e de cuidado das/os filhos e conciliação das várias esferas da vida.

O estudo é exploratório e de cariz qualitativo, sendo que todas/os as/os participantes pertenciam a minorias sexuais (homo, bi e pansexuais) e quatro a minorias de género (identidade não binária). Foi analisado o conteúdo das entrevistas realizadas com 11 casais de minorias sexuais e de género, privilegiando-se o reconhecimento das histórias e trajetórias individuais em detrimento da tentativa de generalização dos resultados, trazendo, assim, novas ideias e reflexões. Não obstante, o presente estudo revelou resultados coincidentes com estudos anteriores, contribuindo para a consolidação do conhecimento científico.

Comparando o género das/os participantes, verifica-se que as experiências de discriminação relatadas pelos homens dizem respeito, principalmente, a agressões físicas ou verbais, enquanto as mulheres e pessoas não binárias expõem mais episódios de micro agressões. Este resultado não significa, necessariamente, que os homens não são vítimas de micro agressões, simplesmente que, tendo em conta a eventual maior perigosidade das agressões físicas, são essas experiências as mais marcantes e significativas. A maior exposição dos homens a este tipo de violência pode relacionar-se com o facto de a sua orientação sexual desafiar mais papéis de género, especialmente aos olhos das pessoas que consideram a heterossexualidade uma componente indissociável da masculinidade (Parrott, 2009). Apesar do exposto, nenhum dos casais experienciou situações de discriminação após ter filhas/os, com exceção de situações subtis, o que poderá estar relacionado com uma maior proteção dos valores familiares na sociedade portuguesa, em que a identidade parental poderá amenizar o preconceito sexual presente na sociedade (Gato et al., 2022).

Mais do que a discriminação social, é a discriminação no seio familiar que mereceu mais ênfase por parte das/os participantes, o que salienta a importância da família de origem nos processos de formação da identidade LGBT+. Os indivíduos que não foram aceites pela família quanto à sua orientação sexual ou identidade de género revelaram maiores níveis de

internalização do estigma (sensação de inferioridade, desconformidade e culpa), de antecipação do preconceito (medo de rejeição, alteração na forma de falar e de vestir, ocultação da orientação sexual e das relações afetivas) e consequências negativas na sua saúde mental (como depressão, baixa auto estima e ansiedade). Para além de atitudes de rejeição e de homofobia por parte das famílias, as/os participantes partilharam experiências de desigualdade de tratamento dos seus relacionamentos face ao tratamento dos relacionamentos heterossexuais de outros membros da família, assim como atitudes que invisibilizam a/o parceira/o e a relação.

Os indivíduos com menor ligação à comunidade LGBT+ e com identidades LGBT+ consolidadas em fases mais tardias da vida não reconhecem algumas micro agressões como formas de discriminação, o que sugere que a perceção dessas micro agressões está associada, por um lado, a um maior conhecimento do vocabulário e das experiências associados às minorias sexuais e de género e, por outro, à vivência dessas discriminações ao longo da vida, quer em contextos sociais, como institucionais e familiares. Na nossa amostra, as mulheres bissexuais que experienciaram grandes níveis de aceitação da orientação sexual pela família e que não tiveram ligação com a comunidade LGBT+ durante a vida foram as que relataram sentir menos discriminação, não reconhecendo determinadas atitudes como discriminatórias.

Já quanto às relações do estigma e discriminação com a parentalidade, verificou-se que todos os casais anteciparam preconceito para com as famílias LGBT+, facto que conduziu a que alguns homens tivessem acreditado, durante longos anos, que nunca poderiam experienciar a parentalidade. A antecipação do preconceito implicou grandes reflexões e conversas entre os casais sobre as possíveis formas de proteger a família de situações de discriminação mesmo antes de tomarem a decisão de serem mães/pais. Entre estes mecanismos de *coping* estão i) a explicação às crianças do significado de famílias, considerando a sua diversidade, e da forma como foram concebidas/recebidas, ii) formas de legitimar a relação de filiação nos casos em que o Estado não reconhece a parentalidade dos dois membros do casal e iii) mecanismos de proteção face a situações de *bullying* ou outro tipo de agressões baseadas na orientação sexual ou identidade de género dos progenitores da criança. Os casais demonstraram que só depois de todas estas estratégias estarem delineadas puderam consolidar a sua intenção parental. Por sua vez, crenças sociais como a menor capacidade parental de pessoas de minorias sexuais e de género ou pior desempenho e desenvolvimento de crianças criadas por casais dessas minorias não foram internalizadas pelas/os participantes.

Apesar de altos níveis de antecipação de preconceito, a experiência de parentalidade revelou-se mais positiva do que o esperado pelas/os participantes, com vários relatos de situações inclusivas e não discriminatórias tanto no contacto com as instituições, como com a sociedade no geral, com a família e pessoas próximas, com a escola e com as/os colegas e chefias de trabalho.

As/os participantes que experienciaram pouco suporte familiar durante a consolidação da sua identidade LGBTQ+ revelaram esperar pouco suporte familiar durante a parentalidade. No entanto, resulta dos relatos das/os participantes que já são mães/pais que o suporte familiar recebido é superior ao previsto, contando os casais com o suporte emocional e logístico das suas famílias de origem, com especial relevância das/os avós da criança. Mesmo os casais que não sentiram apoio da família aquando da partilha da decisão de abraçar um projeto parental, afirmaram que a família recebeu muito positivamente as/os suas/seus filhas/os, tendo havido uma aproximação familiar.

O suporte de outras famílias LGBTQ+ (e não da comunidade LGBTQ+, entendida no sentido de movimento de reivindicação pelos direitos das minorias sexuais e de género) foi considerado fundamental para todas/os as/os entrevistadas/os. Estar próximo de outras/os mães/pais LGBTQ+, podendo partilhar com elas/es questões relativas ao exercício da parentalidade e conhecer estratégias para lidar com situações de discriminação ou preconceito, assim como ser possível que as/os filhas/os cresçam junto de outras crianças de famílias LGBTQ+, foram alguns dos exemplos de suporte que tornam a antecipação ou experiência de parentalidade mais positivas.

Os relatos de situações de discriminação por parte de amigas/os foram raros, sendo dominante o discurso de aceitação plena e forte participação dessas pessoas no quotidiano familiar, nomeadamente através de suporte emocional e logístico. Para algumas/alguns participantes, as relações com estas pessoas eram tão significativas que indicaram considerá-las membros integrantes da sua família. Todos os casais que referiram o especial valor destas/es amigas/os tinham bons níveis de suporte familiar, o que sugere que a família de escolha não exclui a família de origem, mas complementa-a.

As motivações para a parentalidade foram a realização de um sonho pessoal, a vontade de concretizar o sonho da/o parceira/o, ter uma relação biológica com outro ser e poder transmitir valores e criar uma criança num lar de amor, o que, eventualmente se assemelha às motivações de qualquer pessoa, independentemente do género e identidade sexual, o que já

tinha sido verificado em estudos anteriores (Bos et al., 2003; Gato, Leal, et al., 2020). As pessoas não binárias não consideraram que a sua identidade de género influenciasse a decisão sobre quem iria ser gestante da/o filha/o. No entanto, estes casais preveem passar ou já passaram por alguns obstáculos à concretização das suas aspirações parentais. Na nossa amostra, as mulheres e pessoas não binárias que recorreram ou pretendem recorrer a técnicas de procriação medicamente assistida são as que sentiram ou antecipam menores obstáculos. Não obstante, estas participantes indicaram algumas dificuldades do processo, nomeadamente i) os custos elevados dos procedimentos e dos tratamentos complementares, ii) a dificuldade de aceder ao serviço nacional de saúde ou a falta de informação e desconfiança sentida em relação ao sistema público, iii) o investimento de tempo e o tempo de espera devido a tentativas de reprodução falhadas; iv) a gestão das expectativas.

Já no caso dos homens que recorreram ou pretendem recorrer à gestação de substituição, a questão dos custos elevados é mais frequente e mais marcante nos discursos dos participantes, que têm não só de custear o procedimento, como as viagens para os países onde o processo decorre. Estas dificuldades existem por ser ilegal casais de homens recorrerem à gestação de substituição em Portugal, levando-os a viver experiências de grande complexidade emocional e incerteza jurídica. Os longos tempos de espera e a dificuldade de gestão das expectativas também foram mencionados. Estes casais referiram ainda a questão das licenças de paternidade como um obstáculo nas primeiras fases de vida da criança. Apesar de ambos os pais terem um recém-nascido ao cuidado, apenas um deles (o que é reconhecido como pai biológico) tem direito a uma licença para estar com a/o bebé, enquanto o outro não pode partilhar esses primeiros momentos. Considerando a vulnerabilidade a que estas famílias estão expostas para poder concretizar o seu projeto parental por não o poderem fazer no seu país, é altura de o legislador ponderar uma alteração legislativa que proteja estes pais, se não no acesso à parentalidade, pelo menos no seu exercício, permitindo a fruição de licença parental por um período mais alargado.

Apenas um dos casais acedeu à parentalidade pela via da adoção, tendo passado por dois processos de adoção: enquanto um dos processos correu de forma bastante positiva quanto à interação com as/os técnicas, outro foi marcado por uma situação de discriminação, na qual a técnica responsável questionou o casal sobre quem iria ser responsável pelo desempenho dos papéis maternal e paternal. Este tipo de interação revela a presença de preconceitos e estereótipos de género no seio das/os profissionais que lidam com processos de adoção sobre competências parentais, perpetuando a ideia de que as mulheres devem fornecer o apoio

logístico e emocional às/aos filhas/os e os homens sustentar financeiramente a família e exercer o poder disciplinar, competências exclusivas de cada género (Bower-Brown, 2022; Gato & Fontaine, 2011). Assim, verifica-se que permanecem pertinentes as recomendações de Gato et al. (2020) para a necessidade de formação específica sobre temáticas LGBTQ+ das/os profissionais que trabalham no sistema de adoção.

Por fim, a nível da vivência do quotidiano familiar das famílias que já têm filhas/os, e como já vários estudos haviam retratado, os relatos das/os participantes apontam para uma divisão tendencialmente igualitária das tarefas domésticas e de cuidado das crianças. Essa divisão é feita de acordo com as circunstâncias do dia-a-dia e com as fases de vida, acontecendo de forma fluida. As/os participantes com filhas/os não adotivas/os partilharam a exigência dos primeiros meses de vida da criança, salientando a importância que a comunicação aberta e sincera representa para a gestão das tarefas e necessidades individuais.

Este estudo conta com algumas limitações. Em primeiro lugar, à exceção de um casal, todas/os as/os participantes residiam na área metropolitana de Lisboa, o que poderá contribuir para que, eventualmente, as experiências sejam mais positivas do que nas áreas não urbanas, em que o preconceito e estigma sexuais são mais elevados e a visibilidade e proteção das pessoas LGBTQ+ são menores (Agueli et al., 2022; Saleiro, 2022; Santos, 2022). Também o facto de todas as pessoas entrevistadas serem caucasianas e a maioria possuir educação de nível superior pode contribuir para a sensação de menor estigma e visões mais positivas de antecipação e experiência de parentalidade do que aquelas sentidas por indivíduos que pertencem a outras minorias. Nesse sentido, sugere-se que futuras investigações adotem uma perspetiva interseccional, procurando compreender de que forma a interseção destes fatores (pertença a minorias raciais/étnicas; classe social; área de residência; presença de deficiências; entre outros) poderá contribuir para a antecipação e a experiência da parentalidade.

Outra limitação diz respeito ao reduzido número de indivíduos de minorias de género. O estudo contou com a participação de quatro pessoas não binárias, mas com nenhuma pessoa transgénero, sendo que essas quatro pessoas pertenciam todas ao grupo de casais ainda sem filhas/os, pelo que só foi possível conhecer a forma como antecipavam a parentalidade. A experiência da parentalidade de pessoas de minorias de género no contexto português ainda se encontra numa fase muito inicial, pelo que se sugere uma maior atenção científica a esta população.

Não obstante, este estudo exploratório é especialmente relevante por abarcar um conjunto heterogéneo de experiências que, quando analisadas qualitativamente, permitem desvendar uma panóplia de fatores moduladores da expectativa e experiência de parentalidade LGBT+. De facto, esta investigação contribui para o aprofundamento do conhecimento científico acerca da forma como os casais pertencentes a minorias sexuais e de género pensam, imaginam e vivem a parentalidade, permitindo conhecer como as experiências intimamente ligadas à sua identidade LGBT+ a influenciam. As questões que daqui decorrem servem não só como base para investigações futuras num campo ainda embrionário em Portugal, como também permitem a formulação de recomendações a nível de políticas públicas, com um potencial grande impacto nas experiências de parentalidade vivenciadas pelas pessoas LGBT+.

BIBLIOGRAFIA

- Aboim, S. (2006). *Conjugalidades em mudança : percursos e dinâmicas da vida a dois*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Aboim, S., Vasconcelos, P., & Costa, C. G. (2013). Para além da heteronormatividade: repensando os significados da família. In *Famílias no Plural: Alargar o Conceito, Largar o Preconceito - Atas da Conferência* (pp. 99–109). ILGA Portugal.
- Agueli, B., Celardo, G., Esposito, C., Arcidiacono, C., Procentese, F., Carbone, A., & Di Napoli, I. (2022). Well-Being of Lesbian, Gay, Bisexual Youth: The Influence of Rural and Urban Contexts on the Process of Building Identity and Disclosure. *Frontiers in Psychology, 12*. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2021.787211>
- Allen, K. R., & Demo, D. H. (1995). The Families of Lesbians and Gay Men: A New Frontier in Family Research. *Journal of Marriage and the Family, 57*(1), 111–127. <https://doi.org/10.2307/353821>
- Baiocco, R., & Laghi, F. (2013). Sexual orientation and the desires and intentions to become parents. *Journal of Family Studies, 19*(1), 90–98. <https://doi.org/10.5172/jfs.2013.19.1.90>
- Bayrakdar, S., & King, A. (2023). LGBT discrimination, harassment and violence in Germany, Portugal and the UK: A quantitative comparative approach. *Current Sociology, 71*(1), 152–172. <https://doi.org/10.1177/00113921211039271>
- Beck, U., & Beck-Gernsheim, E. (2002). *Individualization: Institutionalized Individualism and its Social and Political Consequences*. SAGE.
- Beck-Gernsheim, E. (1998). On the way to a post-familial family: From a community of need to elective affinities. *Theory, Culture and Society, 15*(3–4), 53–70. <https://doi.org/10.1177/0263276498015003004>
- Bergman, K., Rubio, R. J., Green, R.-J., & Padrón, E. (2010). Gay men who become fathers via surrogacy: The transition to parenthood. *Journal of GLBT Family Studies, 6*(2), 111–141. <https://doi.org/10.1080/15504281003704942>

- Berkowitz, D., & Marsiglio, W. (2007). Gay Men: Negotiating Procreative, Father, and Family Identities. *Journal of Marriage and Family*, 69(2), 366–381. <https://doi.org/https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2007.00371.x>
- Bjørnholt, M., & Farstad, G. R. (2014). “Am I rambling?” on the advantages of interviewing couples together. *Qualitative Research*, 14(1), 3–19. <https://doi.org/10.1177/1468794112459671>
- Bos, H. M. W., Van Balen, F., & Van Den Boom, D. (2003). Planned lesbian families: Their desire and motivation to have children. *Human Reproduction*, 18(10), 2216–2224. <https://doi.org/10.1093/humrep/deg427>
- Bos, H. M. W., Van Balen, F., & Van Den Boom, D. C. (2004). Experience of parenthood, couple relationship, social support, and child-rearing goals in planned lesbian mother families. *Journal of Child Psychology and Psychiatry and Allied Disciplines*, 45(4), 755–764. <https://doi.org/10.1111/j.1469-7610.2004.00269.x>
- Bower-Brown, S. (2022). Beyond Mum and Dad: Gendered Assumptions about Parenting and the Experiences of Trans and/or Non-Binary Parents in the UK. *LGBTQ+ Family: An Interdisciplinary Journal*, 18(3), 223–240. <https://doi.org/10.1080/27703371.2022.2083040>
- Brinamen, C. F., & Mitchell, V. (2008). Gay men becoming fathers: A model of identity expansion. *Journal of GLBT Family Studies*, 4(4), 521–541. <https://doi.org/10.1080/15504280802191772>
- Brown, S., Smalling, S., Groza, V., & Ryan, S. (2009). The experiences of gay men and lesbians in becoming and being adoptive parents. *Adoption Quarterly*, 12(3–4), 229–246. <https://doi.org/10.1080/10926750903313294>
- Callis, A. S. (2013). The Black Sheep of the Pink Flock: Labels, Stigma, and Bisexual Identity. *Journal of Bisexuality*, 13(1), 82–105. <https://doi.org/10.1080/15299716.2013.755730>
- Carvalho, J. P., & Casimiro, C. (2023). Shifting family meanings: a sociological overview. In M.-P. Moreau, C. Lee, & C. Okpokiri (Eds.), *Reinventing the Family in Uncertain Times. Education, Policy and Social Justice* (pp. 11–26). Bloomsbury Publishing.
- Charter, R., Ussher, J. M., Perz, J., & Robinson, K. (2018). The transgender parent: Experiences and constructions of pregnancy and parenthood for transgender men in Australia.

International Journal of Transgenderism, 19(1), 64–77.
<https://doi.org/10.1080/15532739.2017.1399496>

Chen, D., Simons, L., Johnson, E. K., Lockart, B. A., & Finlayson, C. (2017). Fertility Preservation for Transgender Adolescents. *Journal of Adolescent Health*, 61(1), 120–123.
<https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2017.01.022>

CNECV (2012). *Parecer n.º 63 do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida*.
<https://www.cneqv.pt/pt/deliberacoes/pareceres/parecer-sobre-procriacao-medicamente-assistida-e-gestacao-de-sub>

Costa, P. A. (2012). Homoparentalidade: Que famílias, que experiências? In I. Leal, F. Pimenta, & M. Marques (Eds.), *Intervenção em Psicologia Clínica e da Saúde: Modelos e Práticas* (pp. 115–128). Placebo. <https://www.researchgate.net/publication/256802952>

Costa, P. A., & Bidell, M. (2017). Modern Families: Parenting Desire, Intention, and Experience Among Portuguese Lesbian, Gay, and Bisexual Individuals. *Journal of Family Issues*, 38(4), 500–521. <https://doi.org/10.1177/0192513X16683985>

Costa, P. A., Carneiro, F. A., Esposito, F., D'Amore, S., & Green, R. J. (2017). Sexual Prejudice in Portugal: Results from the First Wave European Study on Heterosexual's Attitudes Toward Same-Gender Marriage and Parenting. *Sexuality Research and Social Policy*, 15(1), 99–110. <https://doi.org/10.1007/s13178-017-0292-y>

Costa, P. A., Pereira, H., & Leal, I. (2019). Through the Lens of Sexual Stigma: Attitudes Toward Lesbian and Gay Parenting. *Journal of GLBT Family Studies*, 15(1), 58–75.
<https://doi.org/10.1080/1550428X.2017.1413474>

Costa, P. A., Pereira, H., & Leal, I. P. (2012). Homoparentalidade: O estado da investigação e a procura da normalização. *PSICOLOGIA*, 26(1), 55–69.
<https://doi.org/https://doi.org/10.17575/rpsicol.v26i1.262>

Costa, P. A., & Salinas-Quiroz, F. (2019). A Comparative Study of Attitudes Toward Same-Gender Parenting and Gay and Lesbian Rights in Portugal and in Mexico. *Journal of Homosexuality*, 66(13), 1909–1926. <https://doi.org/10.1080/00918369.2018.1519303>

Costa, P. A., & Tasker, F. (2018). “We Wanted a Forever Family”: Altruistic, Individualistic, and Motivated Reasoning Motivations for Adoption Among LGBTQ Individuals. *Journal of Family Issues*, 39(18), 4156–4178. <https://doi.org/10.1177/0192513X18810948>

- Costa, P. A., Tasker, F., Carneiro, F. A., Pereira, H., & Leal, I. (2020). Reactions from family of origin to the disclosure of lesbian motherhood via donor insemination. *Journal of Lesbian Studies*, 24(1), 1–11. <https://doi.org/10.1080/10894160.2019.1614378>
- Cunha, V., Atalaia, S., & Marinho, S. (2021). Intenções de fecundidade nos núcleos parentais jovens: uma análise comparativa dos núcleos monoparentais, de casais “simples” e recompostos. In INE (Ed.), *Inquérito à Fecundidade: 2019* (pp. 31–57). www.ine.pt
- D’Augelli, A. R., Rendina, H. J., Sinclair, K. O., & Grossman, A. H. (2007). Lesbian and gay youth’s aspirations for marriage and raising children. *Journal of LGBT Issues in Counseling*, 1(4), 77–98. https://doi.org/10.1300/J462v01n04_06
- Dinis, J. (2015). *Homofobia Organizacional em Portugal: O efeito da Perceção de Discriminação Homofóbica no Comprometimento Organizacional e o papel mediador da Satisfação no Trabalho* [Dissertação de Mestrado]. ISCTE-IUL.
- Ellis, S. A., Wojnar, D. M., & Pettinato, M. (2015). Conception, Pregnancy, and Birth Experiences of Male and Gender Variant Gestational Parents: It’s How We Could Have a Family. *Journal of Midwifery and Women’s Health*, 60(1), 62–69. <https://doi.org/10.1111/jmwh.12213>
- Frost, D. M., Lehavot, K., & Meyer, I. H. (2015). Minority stress and physical health among sexual minority individuals. *Journal of Behavioral Medicine*, 38(1), 1–8. <https://doi.org/10.1007/s10865-013-9523-8>
- Fulcher, M., Sutfin, E. L., & Patterson, C. J. (2008). Individual differences in gender development: Associations with parental sexual orientation, attitudes, and division of labor. *Sex Roles: A Journal of Research*, 58(5–6), 330–341. <https://doi.org/10.1007/s11199-007-9348-4>
- Ganong, L., & Coleman, M. (2014). Qualitative research on family relationships. *Journal of Social and Personal Relationships*, 31(4), 451–459. <https://doi.org/10.1177/0265407514520828>
- Gato, J. (2014). *Homoparentalidades: perspetivas psicológicas*. Almedina.
- Gato, J. (2022). Discriminação contra Pessoas LGBTI+: Uma Revisão de Literatura Nacional e Internacional. In *Estudo Nacional sobre as necessidades das pessoas LGBTI e sobre a*

- discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais* (pp. 9–45). Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.
- Gato, J., & Fontaine, A. M. (2011). Impacto da orientação sexual e do género na parentalidade: Uma revisão dos estudos empíricos com famílias homoparentais. *Ex Aequo*, 23, 83–96.
- Gato, J., Henriques, M., & Leal, D. (2020). Adoption by Lesbian Women and Gay Men: Perceived Challenges and Training Needs for Professionals in Portugal. *Adoption Quarterly*, 24(2), 152–175. <https://doi.org/10.1080/10926755.2020.1834044>
- Gato, J., Leal, D., Biasutti, C., Tasker, F., & Fontaine, A. M. (2021). Building a Rainbow Family: Parenthood Aspirations of Lesbian, Gay, Bisexual, and Trans/Gender Diverse Individuals. In N. A. d. Morais, F. F. Scorsolini-Comin, & E. Cerqueira-Santos (Eds.), *Parenting and Couple Relationships Among LGBT People in Diverse Contexts* (pp. 193–213). Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-030-84189-8_12
- Gato, J., Leal, D., Coimbra, S., & Tasker, F. (2020). Anticipating Parenthood Among Lesbian, Gay, Bisexual, and Heterosexual Young Adults Without Children in Portugal: Predictors and Profiles. *Frontiers in Psychology*, 11. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2020.01058>
- Gato, J., Leal, D., & Tasker, F. (2019). Parenting desires, parenting intentions, and anticipation of stigma upon parenthood among lesbian, bisexual, and heterosexual women in Portugal. *Journal of Lesbian Studies*, 23(4), 451–463. <https://doi.org/10.1080/10894160.2019.1621733>
- Gato, J., Santos, S., & Fontaine, A. M. (2016). To Have or Not to Have Children? That Is the Question. Factors Influencing Parental Decisions Among Lesbians and Gay Men. *Sexuality Research and Social Policy*, 14(3), 310–323. <https://doi.org/10.1007/s13178-016-0268-3>
- Gato, J., Tasker, F., Shenkman, G., & Leal, D. (2022). What Would It Be Like to Be a Parent? Exploring the Role of Sexual Orientation and Culture on Perceptions of Parenthood in the Future. *Sexuality Research and Social Policy*, 19(4), 1611–1623. <https://doi.org/10.1007/s13178-022-00712-z>
- Gilgun, J. F. (2012). Enduring themes in qualitative family research. *Journal of Family Theory and Review*, 4(2), 80–95. <https://doi.org/10.1111/j.1756-2589.2012.00118.x>

- Goldberg, A. E. (2006). The transition to parenthood for lesbian couples. *Journal of GLBT Family Studies*, 2(1), 13–42. https://doi.org/10.1300/J461v02n01_02
- Goldberg, A. E., Downing, J. B., & Moyer, A. M. (2012). Why parenthood, and why now? Gay men's motivations for pursuing parenthood. *Family Relations*, 61(1), 157–174. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3729.2011.00687.x>
- Goldberg, A. E., & Smith, J. Z. (2008). Social Support and Psychological Well-Being in Lesbian and Heterosexual Preadoptive Couples. *Family Relations*, 57(3), 281–294. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3729.2008.00500.x>
- Guimarães, A. P. (2018). Discriminação em função da identidade de género. Um ultrage à dignidade da pessoa. In M. P. Pando Ballesteros & P. Garrido RodríguezA. Muñoz Ramírez (Eds.), *El cincuentenario de los pactos internacionales de derechos humanos de la ONU: Libro homenaje a la Profesora Maria Esther Martínez Quinteiro* (pp. 1307–1322). Ediciones Universida.
- Hafford-Letchfield, T., Cocker, C., Rutter, D., Tinarwo, M., McCormack, K., & Manning, R. (2019). What do we know about transgender parenting?: Findings from a systematic review. *Health and Social Care in the Community*, 27(5), 1111–1125. <https://doi.org/10.1111/hsc.12759>
- Hall, W. J., Dawes, H. C., & Plocek, N. (2021). Sexual Orientation Identity Development Milestones Among Lesbian, Gay, Bisexual, and Queer People: A Systematic Review and Meta-Analysis. *Frontiers in Psychology*, 12:753954. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2021.753954>
- Hash, K. M., & Cramer, E. P. (2003). Empowering gay and lesbian caregivers and uncovering their unique experiences through the use of qualitative methods. *Journal of Gay and Lesbian Social Services*, 15(1–2), 47–63. https://doi.org/10.1300/J041v15n01_04
- Herek, G. M., & McLemore, K. A. (2013). Sexual prejudice. *Annual Review of Psychology*, 64, 309–333. <https://doi.org/10.1146/annurev-psych-113011-143826>
- Hull, K. E., & Ortyl, T. A. (2019). Conventional and Cutting-Edge: Definitions of Family in LGBT Communities. *Sexuality Research and Social Policy*, 16(1), 31–43. <https://doi.org/10.1007/s13178-018-0324-2>

- ILGA-Europe. (2023). *Annual Review of the Human Rights Situation of Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex People in Europe and Central Asia*.
- Labra, O., Castro, C., Wright, R., & Chamblas, I. (2020). Thematic Analysis in Social Work: A Case Study. In *Global Social Work - Cutting Edge Issues and Critical Reflections*. IntechOpen. <https://doi.org/10.5772/intechopen.89464>
- Lasio, D., Lampis, J., Spiga, R., & Serri, F. (2020). Lesbian and gay individual parenting desires in heteronormative contexts. *Europe's Journal of Psychology*, *16*(2), 210–228. <https://doi.org/10.5964/ejop.v16i2.1808>
- Leal, D., Gato, J., Coimbra, S., Tasker, F., & Tornello, S. (2022). The Prospective Co-Parenting Relationship Scale (PCRS) for Sexual Minority and Heterosexual People: Preliminary Validation. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, *19*(10), 6345. <https://doi.org/10.3390/ijerph19106345>
- Leal, D., Gato, J., & Tasker, F. (2018). Prospective parenting: sexual identity and intercultural trajectories. *Culture, Health & Sexuality*, *21*(7), 757–773. <https://doi.org/10.1080/13691058.2018.1515987>
- Maciel, D. (2021). *Género na perspectiva individual: Agência, constrangimentos, recursos e oportunidades* [Tese de Doutoramento]. ISCTE-IUL.
- Malmquist, A., Martin, J., & Thiel, A. (2021). Childless Bisexual and Gay Men's Expectations of Obstacles and Enabling Factors for Pursuing Parenthood. *Journal of GLBT Family Studies*, *17*(4), 323–338. <https://doi.org/10.1080/1550428X.2021.1931614>
- Manley, M. H., Goldberg, A. E., & Ross, L. E. (2018). Invisibility and involvement: LGBTQ community connections among plurisexual women during pregnancy and postpartum. *Psychology of Sexual Orientation and Gender Diversity*, *5*(2), 169–181. <https://doi.org/10.1037/sgd0000285>
- Maqueda, Ó. E. L. (2016). Crítica a Los Conceptos Homoparentalidad e Familia Homoparental: Alcances y Límites Desde el Enfoque de las Relaciones y Vínculos Parentales de las Personas de la Diversidad Sexual. *Revista Estudios de Género La Ventana*, *43*, 7–49. <https://doi.org/10.32870/lv.v5i43.5855>
- Marinho, I., Gato, J., & Coimbra, S. (2020). Parenthood Intentions, Pathways to Parenthood, and Experiences in the Health Services of Trans People: an Exploratory Study in Portugal.

- Sexuality Research and Social Policy*, 18(3), 682–692. <https://doi.org/10.1007/s13178-020-00491-5>
- Mavhandu-Mudzusi, A. H. (2018). The couple interview as a method of collecting data in interpretative phenomenological analysis studies. *International Journal of Qualitative Methods*, 17(1), 1–9. <https://doi.org/10.1177/1609406917750994>
- May, V., & Dawson, M. (2018). ‘Families and Relationships’ e-Special Issue Introduction. *Sociology*, 52(4), 865–874. <https://doi.org/10.1177/0038038518760427>
- McConnell, E. A., Janulis, P., Phillips, G., Truong, R., & Birkett, M. (2018). Multiple minority stress and LGBT community resilience among sexual minority men. *Psychology of Sexual Orientation and Gender Diversity*, 5(1), 1–12. <https://doi.org/10.1037/sgd0000265>
- Melo, M., Bota, P., & Santos, J. (2020). Diferenças, discriminações e desigualdades: estudos sobre minorias sexuais. In M. F. L. de Barros & A. P. Gato (Eds.), *Desigualdades*. Cidehus. <https://doi.org/10.4000/books.cidehus.13577>
- Meyer, I. H. (2003). Prejudice, Social Stress, and Mental Health in Lesbian, Gay, and Bisexual Populations: Conceptual Issues and Research Evidence. *Psychological Bulletin*, 129(5), 674–697. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.129.5.674>
- Monaco, S., & Nothdurfter, U. (2021). Discovered, made visible, constructed, and left out: LGBT+ parenting in the Italian sociological debate. *Journal of Family Studies*, 29(2), 471–488. <https://doi.org/10.1080/13229400.2021.1935299>
- Moreira, L. (2018). Queer Motherhood: Challenging Heteronormative Rules beyond the Assimilationist/Radical Binary. *Journal of International Women’s Studies*, 19(2), 14–28. <https://vc.bridgew.edu/jiws/vol19/iss2/2>
- Morgan, D. H. G. (2011). Locating “family practices.” *Sociological Research Online*, 16(4). <https://doi.org/10.5153/sro.2535>
- Nadal, K. L., Wong, Y., Issa, M. A., Meterko, V., Leon, J., & Wideman, M. (2011). Sexual orientation microaggressions: Processes and coping mechanisms for lesbian, gay, and bisexual individuals. *Journal of LGBT Issues in Counseling*, 5(1), 21–46. <https://doi.org/10.1080/15538605.2011.554606>

- Nguyen-Trung, K. (2018). From Sociology of the Family to Sociology of Personal Life: A Review of the Literature. *Sociology*, 6(2), 22–33.
- Nico, M., & Rodrigues, E. (2011). Organização do Trabalho Doméstico em Casais do Mesmo Sexo. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 65, 95–118.
- Nisén, J., Bijlsma, M. J., Martikainen, P., Wilson, B., & Myrskylä, M. (2022). The gendered impacts of delayed parenthood: A dynamic analysis of young adulthood. *Advances in Life Course Research*, 53(100496). <https://doi.org/10.1016/j.alcr.2022.100496>
- Parrott, D. J. (2009). Aggression toward gay men as gender role enforcement: Effects of male role norms, sexual prejudice, and masculine gender role stress. *Journal of Personality*, 77(4), 1137–1166. <https://doi.org/10.1111/j.1467-6494.2009.00577.x>
- Patterson, C. J., Sutfin, E. L., & Fulcher, M. (2004). Division of Labor Among Lesbian and Heterosexual Parenting Couples: Correlates of Specialized Versus Shared Patterns. *Journal of Adult Development*, 11(3), 179–189. <https://doi.org/10.1023/B:JADE.0000035626.90331.47>
- Pereira, R. dos S. (2019). *Sair ou não sair do armário? Micro-agressões e o impacto da revelação da orientação sexual no stress e nos seus mecanismos psicofisiológicos* [Dissertação de Mestrado]. ISCTE-IUL.
- Perista, H., Cardoso, A., Brázia, A., Abrantes, M., & Perista, P. (2016). *Os Usos do Tempo de Homens e de Mulheres em Portugal*. CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social; CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- Reczek, C. (2020). Sexual- and Gender-Minority Families: A 2010 to 2020 Decade in Review. *Journal of Marriage and Family*, 82(1), 300–325. <https://doi.org/10.1111/jomf.12607>
- Riggs, D. W., Power, J., & Von Doussa, H. (2016). Parenting and Australian trans and gender diverse people: An exploratory survey. *International Journal of Transgenderism*, 17(2), 59–65. <https://doi.org/10.1080/15532739.2016.1149539>
- Riskind, R. G., & Patterson, C. J. (2010). Parenting Intentions and Desires Among Childless Lesbian, Gay, and Heterosexual Individuals. *Journal of Family Psychology*, 24(1), 78–81. <https://doi.org/10.1037/a0017941>

- Robinson, M. A., & Brewster, M. E. (2014). Motivations for Fatherhood: Examining Internalized Heterosexism and Gender-Role Conflict With Childless Gay and Bisexual Men. *Psychology of Men & Masculinity*, 15(1), 49–59. <https://doi.org/10.1037/a0031142>
- Rodrigues, M. de O. (2022). A ausência de reconhecimento legal da parentalidade trans em Portugal. *Ex Aequo*, 45, 83–98. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2022.45.0>
- Roseneil, S., & Budgeon, S. (2004). Cultures of Intimacy and Care beyond ‘the Family’: Personal Life and Social Change in the Early 21st Century. *Current Sociology*, 52(2), 135–159. <https://doi.org/10.1177/0011392104041798>
- Roseneil, S., Crowhurst, I., Hellesund, T., Santos, A. C., & Stoilova, M. (2013). Changing landscapes of heteronormativity: The regulation and normalization of same-sex sexualities in europe. *Social Politics*, 20(2), 165–199. <https://doi.org/10.1093/sp/jxt006>
- Rothblum, E. D. (2017). Division of workforce and domestic labor among same-sex couples. In R. Connelly & E. Kongar (Eds.), *Gender and Time Use in a Global Context: The Economics of Employment and Unpaid Labor* (pp. 283–303). Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1057/978-1-137-56837-3_12
- Ryan, W. S., Legate, N., & Weinstein, N. (2015). Coming Out as Lesbian, Gay, or Bisexual: The Lasting Impact of Initial Disclosure Experiences. *Self and Identity*, 14(5), 549–569. <https://doi.org/10.1080/15298868.2015.1029516>
- Sá, M. de. (2018). O Estabelecimento da Filiação na Gestação de Substituição: À Procura de um Critério. *Lex Medicinae - Revista Portuguesa de Direito Da Saúde*, 15(30), 67–89.
- Saleiro, S. P. (2022). Discriminação em função da Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Género e Características Sexuais e Necessidades das Pessoas LGBTI+. In S. P. Saleiro, N. Ramalho, M. S. de Mezes, & J. Gato (Eds.), *Estudo Nacional sobre as necessidades das pessoas LGBTI e sobre a discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais* (pp. 47–163). CIG - COMISSÃO PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE DE GÉNERO.
- Santona, A., Vecchi, A., Gorla, L., & Tognasso, G. (2021). Parenthood Desire in Italian Homosexual Couples. *Journal of Family Issues*, 43(4), 974–992. <https://doi.org/10.1177/0192513X21999691>

- Santos, A. C. (2018). Repronormativity and its Others: Queering Parental Love in Times of Culturally Compulsory Reproduction. *Analyze: Journal of Gender and Feminist Studies*, *11*, 199–215.
- Santos, I. (2022). *Preconceito e Violência LGBTQ+ no interior de Portugal* [Dissertação de Mestrado]. NOVA-FCSH.
- Seabra, D., Gato, J., Petrocchi, N., Carreiras, D., & Salvador, M. do C. (2023). Stigma Consciousness Questionnaire (SCQ-PT): Validation in a Portuguese Sample of Sexual Minorities. *Sexuality Research and Social Policy*. <https://doi.org/10.1007/s13178-023-00859-3>
- Shaw, K., Bower-Brown, S., McConnachie, A., Jadvá, V., Ahuja, K., Macklon, N., & Golombok, S. (2023). “Her bun in my oven”: Motivations and experiences of two-mother families who have used reciprocal IVF. *Family Relations*, *72*(1), 195–214. <https://doi.org/10.1111/fare.12805>
- Sumontha, J., Farr, R. H., & Patterson, C. J. (2016). Social support and coparenting among lesbian, gay, and heterosexual adoptive parents. *Journal of Family Psychology*, *30*(8), 987–996. <https://doi.org/10.1037/fam0000253>
- Swank, E., Fahs, B., & Frost, D. M. (2013). Region, social identities, and disclosure practices as predictors of heterosexist discrimination against sexual minorities in the United States. *Sociological Inquiry*, *83*(2), 238–258. <https://doi.org/10.1111/soin.12004>
- Swedberg, R. (2020). Exploratory Research. In *The Production of Knowledge: Enhancing Progress in Social Science* (pp. 17–41). Cambridge University Press.
- Tate, D. P., Patterson, C. J., & Levy, A. J. (2019). Predictors of parenting intentions among childless lesbian, gay, and heterosexual adults. *Journal of Family Psychology*, *33*(2), 194–202. <https://doi.org/10.1037/fam0000499>
- Torres, A. (2004). *Vida conjugal e trabalho: uma perspectiva sociológica*. Celta.
- Torres, A., Pinto, P. C., Costa, D., Coelho, B., Maciel, D., Reigadinha, T., & Theodoro, E. (2018). *Género na rush hour of life: trabalho, família e condições de vida em Portugal e na Europa*. CIEG - Centro Interdisciplinar de Estudos de Género.

- Touroni, E., & Coyle, A. (2002). Decision-Making in Planned Lesbian Parenting: An Interpretative Phenomenological Analysis. *Journal of Community and Applied Social Psychology, 12*(3), 194–209. <https://doi.org/10.1002/casp.672>
- Wierckx, K., Van Caenegem, E., Pennings, G., Elaut, E., Dedecker, D., Van De Peer, F., Weyers, S., De Sutter, P., & T'Sjoen, G. (2012). Reproductive wish in transsexual men. *Human Reproduction, 27*(2), 483–487. <https://doi.org/10.1093/humrep/der406>

LEGISLAÇÃO

- Lei n.º 7/2001, de 11 de maio. *Diário da República, Série I-A (109)*.
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/7-2001-314194>
- Lei Constitucional n.º 1/2004, de 24 de julho. *Diário da República, Série I-A (173)*.
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei-constitucional/1-2004-506783>
- Lei n.º 32/2006, de 26 de julho. *Diário da República, Série I (143)*.
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/32-2006-539239>
- Lei n.º 59/2007, de 4 de setembro. *Diário da República, Série I (170)*.
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/59-2007-640142>
- Lei n.º 7/2011, de 15 de março. *Diário da República, Série I (52)*.
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/7-2011-278187>
- Lei n.º 2/2016, de 29 de fevereiro. *Diário da República, Série I (41)*.
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/2-2016-73740375>
- Lei n.º 17/2016, de 20 de junho. *Diário da República, Série I (116)*.
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/17-2016-74738646>
- Lei n.º 25/2016, de 22 de agosto. *Diário da República, Série I (160)*.
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/25-2016-75177806>
- Lei n.º 38/2018, de 7 de agosto. *Diário da República, Série I (151)*.
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/38-2018-115933863>

APÊNDICE I – Guião de Entrevista de Casais com Filhas/os

Blocos Temáticos	Objetivos Gerais	Objetivos específicos	Questões
Estigma / Discriminação	1. Conhecer a influência da vivência e/ou da antecipação de discriminação/estigma dos indivíduos e do casal nos seus desejos e intenções parentais.	<ul style="list-style-type: none"> Compreender a percepção das crenças sociais sobre homo/bisexualidade e parentalidade LGBT+ por parte dos casais e a suas eventuais influências na antecipação e vivência da parentalidade; 	<p>1. Antes de serem mães/pais, alguma vez experienciaram situações de discriminação baseadas na vossa orientação sexual/identidade de género, quer individualmente, quer como casal?</p> <p>a. Se sim: Podem partilhar comigo as vossas experiências?</p>
	2. Identificar os fatores que motivam os casais a optar por determinados meios de concretização da parentalidade (adoção, gestão de substituição, procriação medicamente assistida).	<ul style="list-style-type: none"> Conhecer as experiências de estigma/discriminação vividas pelo casal com relação à parentalidade; 	<p>b. Em que contextos sentiram ou sentem que este tipo de episódios são mais frequentes?</p> <p>c. Como reagem a este tipo de situações? E o que sentem em relação a estas atitudes?</p>
	3. Conhecer as dificuldades e desafios sentidos na transição para a parentalidade.	<ul style="list-style-type: none"> Entender se e de que forma os casais internalizam as crenças sociais (estigma internalizado); Conhecer as barreiras ao acesso à parentalidade eventualmente experienciadas relacionadas com discriminação em razão da identidade/expressão de género/orientação sexual; Compreender se o estigma/discriminação têm influência na escolha do método de concretização da parentalidade. 	<p>d. Sentem que o facto de terem vivido este tipo de experiências condicionou/condiciona a forma como agem ou exprimem a vossa identidade?</p> <p>2. Podem contar-me um pouco sobre o vosso processo pré-parental? Como e quando tomaram a decisão, que fatores ponderaram, que questões surgiram, receios, certezas...?</p>
			<p>3. Quais os fatores que vos levaram a optar pelo [método escolhido = procriação medicamente assistida, adoção, gestão de substituição], em vez de outras formas de acesso à parentalidade?</p>
			<p>4. Quando decidiram que iriam ser mães/pais através do [método escolhido = procriação medicamente assistida, adoção, gestão de substituição] sentiram estar informados sobre a forma como o processo iria decorrer?</p>
			<p>5. E decorreu da forma que expectavam? Podem partilhar comigo os principais desafios que sentiram?</p> <p>a. Durante esta fase viveram alguma situação de discriminação por serem dois homens/duas mulheres a ter um filho juntas/os?</p>
			<p>6. Com que olhos acham que a sociedade portuguesa vê a parentalidade de duas pessoas do mesmo género?</p> <p>a. Podem contar-me as vossas experiências relacionadas com a forma como as pessoas com quem contactam respondem ao facto de a vossa família não ser a família tradicional de "um pai, uma mãe e crianças"?</p> <p>b. Creem que as diferenças das opiniões e atitudes das pessoas podem estar relacionadas com o quê? Acham que a idade, o género ou o nível de escolaridade influencia estas diferenças? Conseguem identificar outros fatores?</p>
			<p>7. Estas questões relacionadas com a forma como a sociedade encara as famílias não tradicionais teve algum peso na vossa decisão de serem mães/pais? Se sim, de que forma?</p>
			<p>8. Já experienciaram situações de discriminação com a/o(s) vossa/o(s) filha/o(s), pelo facto de não serem uma família de progenitores de géneros diferentes? Se sim, em que contextos e por parte de quem?</p> <p>a. A/os vossa/os filha/os apercebem-se deste tipo de situações? Como reagem ela/es? Como lidam com esta situação como mães/pais?</p>
Contexto Socioeconómico	1. Entender de que forma a vivência em conjugalidade e a situação financeira influenciam a transição para a parentalidade.	<ul style="list-style-type: none"> Entender qual a condição económica familiar que os casais antecipam ou constatarem ser necessária para transitar para a parentalidade; 	<p>1. O vosso desejo de serem mães/pais já existia antes de serem um casal?</p> <p>a. Como imaginavam que isso poderia acontecer? Viam-se a ser mães/pais com um/a companheira/o ou também imaginavam que poderia suceder a solo?</p>
	2. Identificar os fatores que motivam os casais a optar por determinados meios de concretização da parentalidade (adoção, gestão de substituição, procriação medicamente assistida).	<ul style="list-style-type: none"> Entender qual o papel da vivência em conjugalidade nos desejos e intenções parentais; 	<p>b. Quais foram as vossas motivações para ser mãe/pai?</p>
	3. Conhecer as dificuldades e desafios sentidos na transição para a parentalidade.	<ul style="list-style-type: none"> Compreender as relações entre o contexto socioeconómico e a escolha do meio de concretização da parentalidade. 	<p>2. A vossa situação face ao trabalho e financeira tiveram influência na decisão de serem mães/pais? Em que sentido?</p> <p>3. Sentem que as condições sociais e financeiras dos casais hétero e não heterossexuais que queiram ser mães/pais é semelhante?</p>
Suporte Social	1. Compreender as experiências de suporte social vividas pelo casal antes e depois da transição para a parentalidade;	<ul style="list-style-type: none"> Conhecer qual o sentimento de pertença à comunidade LGBT+ dos casais; 	<p>1. As vossas relações sociais sofreram alguma modificação depois de se tornarem mães/pais? Se sim, podem explicar-me em que sentido as coisas mudaram?</p>
	2. Identificar os fatores que motivam os casais a optar por determinados meios de concretização da parentalidade (adoção, gestão de substituição, procriação medicamente assistida).	<ul style="list-style-type: none"> Compreender se a comunidade LGBT+ é/era um suporte social dos casais antes de se tornarem mães/pais; 	<p>2. Que outras fontes de suporte emocional tinham antes de se tornar mães/pais? E agora, mantêm-se?</p>
	3. Conhecer as dificuldades e desafios sentidos na transição para a parentalidade e na experiência de ser progenitor.	<ul style="list-style-type: none"> Compreender se a comunidade LGBT+ é/foi um suporte social dos casais depois de se tornarem mães/pais; Conhecer a relação da escola com o casal e a criança e entender se a escola é um suporte social da família; Identificar as principais redes de apoio sociais do casal antes de se tornarem mães/pais; Identificar as principais redes de apoio sociais do casal durante a parentalidade; Compreender se existe relação entre a escolha do método concretizador da parentalidade e a antecipação de suporte social. 	<p>3. Ser mãe/pai é uma tarefa exigente... A que pessoas/instituições recorrem quando é necessário apoio junto da/os vossa/os filha/os?</p> <p>a. Já viveram situações em que foi necessário um apoio institucional específico?</p>
			<p>4. Antes de se tornarem mães/pais sentiam-se ligados à comunidade LGBT+? De que forma?</p> <p>a. Sentem que a comunidade LGBT+ vos apoiou no vosso processo pré-parental (por exemplo, a nível de disponibilização de informação/partilha de experiências) ou encontraram esse tipo de suporte junto de outras pessoas?</p> <p>b. E agora, já mães/pais, sentem que a vossa ligação à comunidade LGBT+ se alterou de alguma forma?</p>
			<p>5. Que papel tiveram estas redes na vossa decisão de se tornarem mães/pais? E qual o papel destas redes na vivência da parentalidade?</p>
			<p>6. A escola/s em que a/os vossa/os filha/os anda/ andou desempenha/desempenhou algum papel como rede de suporte?</p> <p>a. Existiram situações em que sentiram que a escola era um apoio para a vossa família?</p> <p>b. E em sentido oposto, existiram momentos em que a escola funcionou como um local não seguro?</p> <p>c. Existem experiências relacionadas com a escola e com o facto de serem duas mães/dois pais que queiram partilhar?</p>

Suporte Familiar	<p>1. Compreender as experiências de suporte familiar vividas pelo casal antes e depois da transição para a parentalidade, verificando se e em que medida esse suporte se alterou depois de serem mães/pais;</p> <p>2. Identificar os fatores que motivam os casais a optar por determinados meios de concretização da parentalidade (adoção, gestação de substituição, procriação medicamente assistida).</p> <p>3. Conhecer as dificuldades e desafios sentidos na transição para a parentalidade.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer as experiências de suporte das famílias de origem vividas pelo casal quanto ao desejo e intenção de se tornarem mães/pais; • Compreender qual o suporte das famílias de origem na experiência da parentalidade; • Conhecer o conceito de "família" dos casais, compreendendo de que forma o suporte das famílias de origem tem influência nesse conceito; • Identificar possíveis elementos externos à família de origem que forneçam suporte familiar; • Entender se o suporte familiar tem relação com a escolha do método de concretização da parentalidade. 	<p>1. Como é que as vossas famílias de origem lidaram com o vosso processo de coming out e com a vossa orientação sexual? Podem partilhar comigo as vossas experiências pessoais?</p> <p>2. De que forma as/os vossas/os mães e pais reagiram à vossa decisão de se tornarem mães/pais? Partilharam com eles as vossas intenções e o processo ou viveram essa fase de uma forma mais distanciada? Podem falar-me um pouco sobre isso?</p> <p>a. Os vossos familiares revelaram preferência por algum método de acesso à parentalidade? Se sim, isso influenciou a vossa escolha?</p> <p>3. Os vossos pais/mães e a vossa família mais próxima desempenha algum papel, em termos de suporte, no crescimento da(o)s vossa(o)s filha(o)s? Como é a relação entre avós e netos?</p> <p>4. Consideram que a parentalidade teve impacto na forma como se relacionam com as vossas famílias de origem? Se sim, de que forma?</p> <p>5. O que consideram ser "FAMÍLIA"? Acreditam que a forma como entendem a família tem relação com o suporte das vossas famílias de origem?</p>
Logística Familiar	<p>1. Perceber de que forma os casais dividem as tarefas domésticas e de cuidado dos filhos.</p> <p>2. Conhecer as dificuldades e desafios sentidos na experiência de ser progenitor.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender de que forma os casais dividem as tarefas domésticas e quais as diferenças que a transição para a parentalidade pode ter trazido para essa divisão; • Entender de que forma os casais dividem as tarefas de cuidado da(s)/do(s) filha(s)/o(s). 	<p>1. Após o nascimento/adoção da(o)s vossa(o)s filha(o)s puderam usufruir dos mesmos direitos que um casal heterossexual usufrui em situação de parentalidade ou existe alguma diferença?</p> <p>a. Como viveram os primeiros meses com a/os vossa/os filha/os? Conseguiram ficar juntas/os em casa? Algum/a de vós pôde ficar mais tempo com a criança? Podem contar-me como conseguiram organizar essa fase?</p> <p>b. E de que forma dividiram as tarefas de cuidado nessa primeira fase?</p> <p>2. Algum/a de vocês teve de abdicar de compromissos laborais ou outros para poder cuidar da/os vossa/os filha/os? Se sim, como tomaram essa decisão?</p> <p>3. No vosso dia-a-dia, de que forma gerem a responsabilidade pelas tarefas domésticas? Lavar, limpar, arrumar, ir às compras, cozinhar...? Como decidem quem faz o quê e quando?</p> <p>4. Serem mães/pais alterou essa divisão das tarefas ou sempre geriram desta forma? Se alterou, podem contar-me de que forma?</p> <p>5. E as tarefas de cuidado e de educação da(o)s vossa(o)s filha(o)s, como são geridas entre casal?</p>

APÊNDICE II – Guião de Entrevista de Casais sem Filhas/os

Blocos Temáticos	Objetivos Gerais	Objetivos específicos	Questões
Estigma / Discriminação	1. Conhecer a influência da vivência e/ou da antecipação de discriminação/estigma dos indivíduos e do casal nos seus desejos e intenções parentais.	<ul style="list-style-type: none"> Compreender a percepção das crenças sociais sobre homo/bissexualidade e parentalidade LGBT+ por parte dos casais e a suas eventuais influências na antecipação da parentalidade; 	<ol style="list-style-type: none"> Alguna vez experienciaram situações de discriminação baseadas na vossa orientação sexual/identidade de género, quer individualmente, quer como casal? <ol style="list-style-type: none"> Se sim: Podem partilhar comigo as vossas experiências? Em que contextos sentiram ou sentem que este tipo de episódios são mais frequentes? Como reagem a este tipo de situações? E o que sentem em relação a estas atitudes? Sentem que o facto de terem vivido este tipo de experiências condicionou/condiciona a forma como agem ou exprimem a vossa identidade? <ol style="list-style-type: none"> Podem contar-me um pouco o vosso plano parental? Consideram já ter decidido todos os aspetos? Como e quando tomaram a decisão, que fatores ponderaram, que questões vos surgem, receios, certezas...? Quais os prós e contras em relação aos métodos existentes [procriação medicamente assistida, adoção, gestação de substituição]? Sentem estar totalmente informados sobre o processo ou gostavam de contactar com mais experiências e informações? Quais são os principais desafios que antevêm? Acham que durante o processo poderão deparar-se com situações de discriminação? Se sim, em que contexto? <ol style="list-style-type: none"> Com que olhos acham que a sociedade portuguesa vê a parentalidade de duas pessoas do mesmo género? <ol style="list-style-type: none"> Podem contar-me as vossas experiências relacionadas com a forma como as pessoas com quem já falaram sobre estas questões reagem à vossa intenção de ter filhos juntos/os? Creem que as diferenças das opiniões e atitudes das pessoas podem estar relacionadas com o quê? Acham que a idade, o género ou o nível de escolaridade influencia estas diferenças? Conseguem identificar outros fatores? Estas questões relacionadas com a forma como a sociedade encara as famílias não tradicionais teve algum peso na vossa decisão de serem mães/pais? Se sim, de que forma? Conseguem antecipar situações de discriminação pelo facto de não serem uma família de progenitores de géneros diferentes? Se sim, em que contextos e por parte de quem imaginam encontrar este tipo de situações? <ol style="list-style-type: none"> Imaginam a forma como vão lidar com este tipo de situações?
	2. Identificar os fatores que motivam os casais a optar por determinados meios de concretização da parentalidade (adoção, gestação de substituição, procriação medicamente assistida).	<ul style="list-style-type: none"> Entender se e de que forma os casais internalizam as crenças sociais (estigma internalizado); 	
	3. Conhecer as dificuldades e desafios sentidos na transição para a parentalidade.	<ul style="list-style-type: none"> Conhecer as barreiras ao acesso à parentalidade eventualmente experienciadas relacionadas com discriminação em razão da identidade/expressão de género/orientação sexual; Compreender se o estigma/discriminação têm influência na escolha do método de concretização da parentalidade. 	
Contexto Socioeconómico	1. Entender de que forma a vivência em conjugalidade e a situação financeira influenciam a transição para a parentalidade.	<ul style="list-style-type: none"> Entender qual a condição económica familiar que os casais antecipam ser necessária para transitar para a parentalidade; 	<ol style="list-style-type: none"> O vosso desejo de serem mães/pais já existia antes de serem um casal? <ol style="list-style-type: none"> Como imaginavam que isso poderia acontecer? Viam-se a ser mães/pais com um/a companheira/o ou também imaginavam que poderia suceder a solo? Quais são as vossas motivações para ser mãe/pai? A vossa situação face ao trabalho e financeira têm influência na decisão de quererem serem mães/pais? Em que sentido? <ol style="list-style-type: none"> Sentem que as condições sociais e financeiras dos casais hétero e não heterossexuais que queiram ser mães/pais é semelhante?
	2. Identificar os fatores que motivam os casais a optar por determinados meios de concretização da parentalidade (adoção, gestação de substituição, procriação medicamente assistida).	<ul style="list-style-type: none"> Entender qual o papel da vivência em conjugalidade nos desejos e intenções parentais; 	
	3. Conhecer as dificuldades e desafios sentidos na transição para a parentalidade.	<ul style="list-style-type: none"> Compreender as relações entre o contexto socioeconómico e a escolha do meio de concretização da parentalidade. 	
Suporte Social	1. Compreender as experiências de suporte social vividas pelo casal antes e durante a transição para a parentalidade;	<ul style="list-style-type: none"> Conhecer qual o sentimento de pertença à comunidade LGBT+ dos casais; 	<ol style="list-style-type: none"> Acreditam que a parentalidade pode modificar, de alguma forma, as relações sociais que têm agora? Se sim, podem explicar-me em que sentido? <ol style="list-style-type: none"> Sentem-se ligados/os à comunidade LGBT+? De que forma? <ol style="list-style-type: none"> A comunidade LGBT+ é importante no vosso processo pré-parental (por exemplo, a nível de disponibilização de informação/ partilha de experiências) ou encontraram esse tipo de suporte junto de outras pessoas? Acreditam que a vossa relação com a comunidade LGBT+ se vai manter nos mesmos moldes depois de serem mães/pais? Que papel tiveram estas redes (amigos, instituições, comunidades...) na vossa decisão de se tornarem mães/pais? E que papel antecipam que virão a ter na vivência da parentalidade?
	2. Identificar os fatores que motivam os casais a optar por determinados meios de concretização da parentalidade (adoção, gestação de substituição, procriação medicamente assistida).	<ul style="list-style-type: none"> Compreender se a comunidade LGBT+ é/era um suporte social dos casais antes de se tornarem mães/pais; 	
	3. Conhecer as dificuldades e desafios sentidos na transição para a parentalidade.	<ul style="list-style-type: none"> Identificar as principais redes de apoio sociais do casal antes de se tornarem mães/pais; Compreender se existe relação entre a escolha do método concretizador da parentalidade e a antecipação de suporte social. 	
Suporte Familiar	1. Compreender as experiências de suporte familiar vividas pelo casal antes e durante a transição para a parentalidade;	<ul style="list-style-type: none"> Conhecer as experiências de suporte das famílias de origem vividas pelo casal quanto ao desejo e intenção de se tornarem mães/pais; 	<ol style="list-style-type: none"> Como é que as vossas famílias de origem lidaram com o vosso processo de coming out e com a vossa orientação sexual? Podem partilhar comigo as vossas experiências pessoais? <ol style="list-style-type: none"> Os vossos familiares revelaram preferência por algum método de acesso à parentalidade? Se sim, isso influenciou a vossa escolha? De que forma as/os vossas/os mães e pais reagiram à vossa decisão de se tornarem mães/pais? Partilharam com eles as vossas intenções e o processo ou viveram essa fase de uma forma mais distanciada? Podem falar-me um pouco sobre isso? <ol style="list-style-type: none"> Qual o suporte que antecipam dos vossos familiares no crescimento dos vossos futuros filhas/os? O que consideram ser "FAMÍLIA"? Acreditam que a forma como entendem a família tem relação com o suporte das vossas famílias de origem?
	2. Identificar os fatores que motivam os casais a optar por determinados meios de concretização da parentalidade (adoção, gestação de substituição, procriação medicamente assistida).	<ul style="list-style-type: none"> Conhecer o conceito de "família" dos casais, compreendendo de que forma o suporte das famílias de origem tem influência nesse conceito; 	
	3. Conhecer as dificuldades e desafios sentidos na transição para a parentalidade.	<ul style="list-style-type: none"> Identificar possíveis elementos externos à família de origem que forneçam suporte familiar; Entender se o suporte familiar tem relação com a escolha do método de concretização da parentalidade. 	

APÊNDICE III – Consentimento Informado

Consentimento Informado

A presente investigação é desenvolvida no âmbito da dissertação de mestrado em Família e Género do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, pela aluna Dora Amélia Brandão, sob orientação científica da Professora Doutora Cláudia Casimiro.

O principal objetivo desta investigação é compreender de que forma os casais LGBT+ antecipam e/ou experienciam a parentalidade através da realização de entrevistas a casais LGBT+ coabitantes, com ou sem filhos, mas com desejo e intenção de se tornarem mães/pais.

A sua participação consistirá na realização de uma entrevista presencial ou online, de acordo com a sua disponibilidade, com uma duração prevista de 1:30h. Na entrevista estarão presentes a investigadora e os dois membros do casal simultaneamente. Será convidada/o a responder a algumas questões de caracterização demográfica, bem como sobre o suporte social e familiar, o estigma/discriminação, o contexto socioeconómico associado a determinados métodos de concretização da parentalidade e a logística familiar.

As entrevistas serão gravadas em formato áudio e posteriormente transcritas pela investigadora, sendo eliminadas no final do estudo. É garantido o anonimato e privacidade na participação do estudo, sendo que todos os elementos identificadores dos indivíduos serão ocultados ou modificados na dissertação.

Poderá, em qualquer momento da entrevista, colocar questões e esclarecer dúvidas, recusar responder a questões colocadas pela investigadora e desistir da participação.

Após o estudo, receberá, se assim o desejar, através do endereço de correio eletrónico facultado, os resultados da investigação.

Para qualquer esclarecimento, poderá contactar a investigadora através do email: doramosbrandao@gmail.com.

Agradeço desde já a sua participação, que é essencial para o sucesso do estudo.

Aceito participar no estudo e declaro ter tido conhecimento dos objetivos da investigação e dos meus direitos enquanto participante,

Nome: _____ Assinatura: _____

Nome: _____ Assinatura: _____

Data: ___/___/_____